

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ:
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS

VOLUME 5



HISTÓRIA DA ÁFRICA

RENATA DO NASCIMENTO ARGEMIRO
MÁRCIO LUÍS DA SILVA PAIM

PROGRAMA
ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE
NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS

EDIFBA
Editora do IFBA


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

DPAAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia





HISTÓRIA DA ÁFRICA



Luzia Matos Mota

Reitora

Ivanildo Antônio dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Andréia Santos Ribeiro Silva

Coordenadora Geral

Zunéia de Jesus Barros Reis

Assistente de Coordenação

Carmen Asfora e Silva Freire

Secretária Executiva

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Celso Eduardo Brito

Deise Danielle Neves Dias Piau

Durval de Almeida Souza

Fabício Menezes Ramos

Guillermo Alberto Lopez

Jeferson Gabriel da Encarnação Coutinho

Manoel Nunes Cavalcanti Junior

Mariana Rocha Santos Costa

Tereza Kelly Gomes Carneiro

Suplentes

Adriana Vieira dos Santos

Catarina Ferreira Silveira

Eliana Evangelista Batista

Flávio de Ligório Silva

Maurício Andrade Nascimento

Valter de Carvalho Dias

DIRETORIA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Cacilda Ferreira Reis

Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE

Jacineide Arão dos Santos Profeta

Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE

Thelma Lima da Cunha Ramos

**Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/
DPAF/DPAAE**

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Jancarlos Menezes Lapa

Pró-Reitor

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcelo dos Santos Bispo

Pró-Reitor

DIRETORIA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Laís Andrade Souza

Diretora

EXPEDIENTE:

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

Marcilene Garcia de Souza

Diretora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE

Heide de Jesus Damasceno

Coordenadora Geral do Programa Asé-Toré

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ TORÉ

Priscila Elisabete da Silva

Coordenadora responsável pela Coleção

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Alessandra Corrêa de Souza

Danilo de Souza Morais

Edson Machado de Brito

Eliane Silvia Costa

Eduardo David de Oliveira

Heide de Jesus Damasceno

Henrique Antunes Cunha Junior

Luciana Alves

Marcilene Garcia de Souza

Marcelo Aranda Stortti

Priscila Elisabete da Silva

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Francisco Sandro da Silveira Vieira

Sélvia Carneiro de Lima

Tania Lopes

Tânia Pedrina Portella Nascimento

Victor Martins Souza

Vilma Maria dos Santos Reis

PARECERISTAS DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ

Luana Roberta Gonçalves

Márcio Luís da Silva Paim

Marlene Pereira dos Santos

Raimundo Borges da Mota Junior

Francielle Silva Santos

APOIO ADMINISTRATIVO

Juliana Monique de Souza de Araújo

Nainalva Reis Santana

ILUSTRAÇÕES

Letícia Graciano Nunes

REVISÃO

Tiago Alves Nunes

Leandro de Jesus da Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Carla Piaggio Design

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

RENATA DO NASCIMENTO ARGEMIRO
MÁRCIO LUÍS DA SILVA PAIM

HISTÓRIA DA ÁFRICA

COLEÇÃO PEDAGÓGICA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE NEGRAS(OS) E POVOS INDÍGENAS
VOLUME 5

Salvador
2023

EDIFBA
Editora do IFBA



©2023, Instituto Federal da Bahia

Todos os direitos desta edição, reservados à EDIFBA. É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

FOTOS CAPA

Tumba egípcia. Foto: aldboroughprimaryschool / Pixabay. | Nairobi (Kenya), skyline do centro da cidade, 2005. Foto: Nite_Owl / Wikimedia. Direito de uso autorizado.

I23 IFBA. Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

História da África / Texto de Renata do Nascimento Argemiro; Márcio Luís da Silva Paim / DPAAE. – Salvador: EDIFBA. 2023.

56 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 5).

E-Book.

ISBN: 978-65-88985-35-9.

1. África. 2. História – Cultura. I. Renata do Nascimento Argemiro. II. Márcio Luís da Silva Paim. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia / Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE. IV. História da África. IV. Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; V. 5.

CDU 94(6):37

Ficha Catalográfica elaborada pelo SIB-IFBA / Andréia Ribeiro CRB – 5/1466

Editora Filiada à



AGRADECIMENTOS

A produção dos 15 Cadernos Temáticos que integram a Coleção Asé-Toré, projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, traduz-se num esforço para o cumprimento da LDB no que concerne à educação das relações étnico-raciais. Essa realização foi possível devido aos esforços de muitas pessoas.

Na gestão do IFBA, agradecemos à Prof^a. Dra. Luzia Matos Mota (Reitora) pelo empenho para que a Coleção se tornasse realidade; na Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, ao Prof. Dr. Jancarlos Menezes Lapa (Pró-Reitor), às servidoras técnicas, pedagogas e gestoras Mestra Indaira Célia da Silva (Chefe do Departamento de Ensino Técnico) e Priscila Uzeda Pereira do Vale (assessora) e, ainda, à Prof^a. Mestra Elisângela dos Reis Oliveira (Coordenadora Institucional da Universidade Aberta do Brasil – UAB); Na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPGI, ao Prof. Dr. Ivanildo Antônio dos Santos (Pró-Reitor) e Prof. Dr. André Rosa Martins (Diretor Executivo); Na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRO-DIN, agradecemos à Mestra Andreia Santos Ribeiro Silva (Gerente de Desenvolvimento da Biblioteca). Na Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (PRO-AP), ao Marcelo dos Santos Bispo (Pró-Reitor) e Maria Aparecida Costa Ribeiro (Diretora de Gestão Contábil,

Orçamentária e Financeira). Na Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional – DGCOM, à Mestra Laís Andrade Souza (Diretora), à Mestranda Teresa de Souza Bahia (assistente de administração) e à Mestra Bárbara Conceição Souza de Jesus (Chefe do Departamento de Jornalismo).

Registramos, de forma destacada, nosso agradecimento à Coordenação responsável pela gestão do Programa Asé-Toré: Dra. Heide de Jesus Damasceno (coordenação geral) e Profa. Dra. Priscila Elisabete da Silva (coordenação adjunta), que foi responsável de forma direta pela Coordenação da Coleção Pedagógica “Asé-Toré”.

Agradecemos às autoras e aos autores dos cadernos da coleção pedagógica Asé-Toré: Ângela Maria Ribeiro, Ayalla Oliveira Silva, Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Eliane da Conceição Silva, Edson Kayapó, Everaldo Rodrigues Mota Junior, Florença Freitas Silvério, Henrique Antunes Cunha Junior, João Rodrigo Araújo Santana, Joelma Cerqueira de Oliveira, Jorge Luiz Gomes Junior, Luciana Alves, Maria Luzitana Conceição dos Santos, Márcio Luís da Silva Paim, Patrícia Martins, Paula Regina de Oliveira Cordeiro, Renata do Nascimento Argemiro, Tania Aparecida Lopes.

Agradecemos aos cinco pareceristas dos cadernos temáticos nominalmente: Francielle Silva Santos; Luana Roberta Gonçalves; Marlene Pereira dos Santos; Márcio Luís da Silva Paim; Raimundo Borges da Mota Junior; ao apoio administrativo pedagógico: Juliana Monique de Souza de Araújo e Nainalva Reis Santana; à Ilustradora Letícia Graciano Nunes.

Nossos agradecimentos, também, aos representantes do Conselho Editorial da Coleção Pedagógica Asé-Toré: Profa. Dra. Alessandra Corrêa de Souza; Profa. Dra. Eliane Sílvia Costa; Profa. Doutoranda Luciana Alves; Profa. Doutoranda Vilma Maria dos Santos Reis; Profa. Dra. Sélvia Carneiro de Lima; Profa. Dra. Tania Aparecida Lopes; Profa. Dra. Tânia Pedrina Portella Nascimento; Profa. Dra. Marcilene Garcia de Souza; Prof. Dr. Edson Machado de Brito; Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira; Prof. Dr. Danilo de Souza Moraes; Prof. Dr. Francisco Sandro da Silveira Vieira; Prof. Dr. Henrique Antunes Cunha Junior; Prof. Dr. Marcelo Aranda Stortti; Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos; Prof. Dr. Victor Martins de Souza.

No caminhar desta estrada, diversas pessoas, de um jeito ou de outro, exalaram Axé e Toré na construção deste trabalho de tantos jeitos. A todas e todos, citadas ou não aqui, nossa gratidão.

PREFÁCIO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia tem a honra de apresentar a Coleção Pedagógica do *Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre negras(os) e povos indígenas*, produto de um dos Programas de educação para relações étnico-raciais desenvolvido pela Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA.

Estamos felizes em materializar esta coleção, que marca o compromisso da nossa instituição em validar a legislação nacional que trata da obrigatoriedade de educar sobre História da África, afro-brasileira e indígena, identificando-a como conquista dos movimentos sociais, negros e indígenas brasileiros. Assim, reconhecemos as lutas de quem veio antes, agradecemos às/aos servidoras/es, gestoras/es e estudantes que bravamente promovem o debate racial no IFBA e fortalecemos esforços em prol de uma educação antirracista.

A Coleção Pedagógica Asé-Toré representa um marco na institucionalidade de ações que contribuem para que o IFBA solidifique sua missão institucional: “Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. Além disso, a Coleção inaugura novas estratégias institucionais e interdisciplinares, ao desenvolver um produto didático e acessível a todos os níveis, formas e modalidades de ensino que ofertamos.

Desejo boa leitura e estudos. Que a Coleção Pedagógica Asé-Toré alcance a comunidade do IFBA e, também, as famílias dos nossos estudantes, organizações sociais e instituições de ensino do nosso Estado e país.

PROFESSORA DRA. LUZIA MATOS MOTA
REITORA DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA

“Asé-Toré”, junção das palavras “Asé” (na língua iorubá, significa poder, energia ou força presente em cada ser ou em cada coisa, que nas religiões afro-brasileiras representa a energia sagrada dos orixás) e “Toré” (expressão espiritual-religiosa de grande importância para os indígenas), significa para nós o resgate da força coletiva e energia vital da ancestralidade para vencer os desafios contemporâneos do povo negro e indígena.

É com este nome repleto de significados e potências que a Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE/IFBA apresenta à comunidade **interna e externa** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) esta Coleção Pedagógica, um dos produtos do “Programa Asé-Toré: Formação em educação sobre negras(os) e povos indígenas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), voltado à formação de gestoras(es), professoras(es), técnicas(os) administrativas(os), estudantes e comunidade na área da Educação das Relações Étnico-Raciais e ao enfrentamento ao racismo no âmbito do IFBA.

O Programa Asé-Toré foi institucionalizado por meio de Chamada Pública do IFBA/DPAAE, que possibilitou a contratação de duas Coordenadoras (Coordenadora

Geral e Coordenadora dos Cadernos Temáticos); 15 bolsistas “professores conteudistas”; cinco bolsistas “professores pareceristas”; dois apoios administrativos pedagógicos e uma ilustradora para a produção dos Cadernos Temáticos. Envolveu, ainda, mais de dez pesquisadoras(es) para o Conselho Editorial e diversas(os) servidoras(es) internos e externos do IFBA que contribuíram na seleção dos bolsistas.

A DPAAE é uma Diretoria recente na história do IFBA, sendo criada em 2020. Desta forma, a entrega à sociedade da Coleção Pedagógica Asé-Toré se torna um marco importante no cumprimento às normativas que tratam da educação das relações étnico-raciais o qual foi também missão da Diretoria. A Coleção tem o objetivo de promover a Educação das Relações Étnico-raciais, **cumprindo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB**, especialmente no que concerne à implantação das Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, as quais afirmam a obrigatoriedade do estudo da “História da África e dos africanos”, da “luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil”, da “cultura negra e indígena brasileira” e “o negro e o índio na formação da sociedade nacional”, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (BRASIL, 2008). Do mesmo modo, considerou-se as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, passando, ainda, por outras normativas do estado da Bahia.

Composta por 15 cadernos temáticos, a Coleção Pedagógica Asé-Toré cumpre esforços institucionais de contribuir com a formulação de um material didático, fundamentado numa perspectiva de valorização da educação das relações étnico-raciais, da diversidade étnico-racial na educação, no enfrentamento ao racismo institucional, na valorização das ações afirmativas para a população negra e povos indígenas. Representa, ademais, contribuições coletivas de profissionais, pesquisadoras/intelectuais ativistas ou não, em sua maioria negros e mulheres, sendo destacada a participação de dois indígenas. Estas(es) pesquisadoras(es) se dedicaram a uma metodologia inovadora de trabalho baseada em aspectos da cosmovisão de mundo africana e indígena, enfatizando o trabalho coletivo, valorizando as lutas sociais, a produção de autoras(es) negras(os) e indígenas e considerando suas vivências e experiências na forma e formato dos conteúdos e imagens.

O Programa Asé-Toré nasceu a partir de um projeto mais amplo de implementação da Lei 10.639/03,

originalmente escrito por mim, Marcilene Garcia de Souza, e pelo professor Dr. Hélio Santos, em 2017. Aqui no IFBA (DPAAE), o Programa se apresentou de forma mais sintetizada em que se destacam três produtos: Produção dos 15 Cadernos Temáticos; Institucionalização de uma biblioteca virtual temática e uma série de formações sobre educação das relações étnico-raciais.

Faz-se necessário registrar o empenho da gestão do IFBA para a realização do Programa Asé-Toré, na pessoa da Reitora Profa. Dra. Luzia Matos Mota, que é mulher negra, e na do Pró-Reitor de Ensino, Prof. Dr. Jancarlos Lapa, mas também da Equipe gestora da DPAAE que contribui de forma mais direta na execução do Programa: Profa. Mestra Thelma Ramos (Chefe da Coordenação Indígena e Povos Tradicionais – CIND/DPAF/DPAAE), a pedagoga Jacineide Arão dos Santos Profeta (Chefe do Departamento de Políticas Afirmativas – DPAF/DPAAE) e a assistente social Cacilda Ferreira dos Reis (Chefe do Departamento de Assuntos Estudantis – DAES/DPAAE).

PROF^ª. DRA. MARCILENE GARCIA DE SOUZA
DIRETORA SISTÊMICA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS
E ASSUNTOS ESTUDANTIS DO IFBA

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO PEDAGÓGICA PELAS COORDENADORAS

Prezadas(os) leitoras(es),

O IFBA, por meio do Programa Asé-Toré, institucionalizado na Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE, apresenta à sociedade baiana e brasileira a Coleção Pedagógica Asé-Toré que é composta por 15 cadernos com temática negra e indígena.

Agradecemos de forma especial a você leitora(or), que também faz parte dessa história, desse Asé-Toré, dessa energia que se transforma em força de ação e promove mudanças. A aprendizagem do conteúdo compartilhado nesta Coleção Pedagógica contribuirá na construção das mudanças educacionais necessárias na contraposição das desigualdades.

Essa Coleção Pedagógica, do ponto de vista de sua missão e considerando as singularidades sociais e raciais do IFBA e da sociedade brasileira, é, antes de tudo, um movimento que buscou congregiar passado, presente e futuro, dimensões espaço-temporais entendidas aqui como um contínuo para o processo de formação de cada indivíduo. O passado está presente

a partir dos conhecimentos ancestrais; o presente, por meio dos conhecimentos teóricos; o futuro, na aposta em uma nova forma de produção de conhecimento mais colaborativa e, portanto, mais complexa e forte.

Partiu-se do desafio de elaborar um material que contribuísse para identificarmos novas possibilidades de produzir e transmitir o conhecimento científico, entendendo que o conhecimento científico é mais do que as teorias produzidas pelo mundo acadêmico (sobretudo eurocêntrico e branco).

A Coleção Asé-Toré busca apontar para a necessária ampliação da visão que a sociedade brasileira tem sobre ciência e intelectualidade na medida em que considera e ressalta os conhecimentos advindos dos saberes ancestrais materializados em experiências de nossos povos originários e do povo negro brasileiro como detentores de método, técnica e que dialoga com outros saberes e responde às necessidades sociais/individuais, mas que não tem sido considerado válido cientificamente devido à narrativa da ciência ocidental como única forma de pensar e produzir conhecimento. Essa crítica não é nova e se apresenta

também em intelectuais que têm buscado chamar a atenção para a necessidade de produzir (e/ou reconhecer a produção existente) pautada em uma lógica descolonizadora.

Foi um grande desafio para essa equipe de autoras(es) produzir o material considerando essa premissa, isso porque somos frutos de uma insistente inserção do pensamento eurocêntrico que influencia o modo como pesquisamos e escrevemos. Contudo, intelectuais negras, negros, indígenas e outros antirracistas esforçaram-se para trilhar outros caminhos de conhecimento inspiradas e inspirados pelos saberes ancestrais.

Nesta Coleção, buscou-se confluir formas de produção acadêmicas tradicionais com as experiências que vivenciamos enquanto indivíduos negros, negras e povos originários num texto didático que pudesse alcançar uma diversidade de pessoas. É um trabalho inaugural dentro do IFBA e, como tal, tem suas limitações, contudo, tem o mérito de abrir caminhos.

Cada Caderno Temático tem o “DNA” da equipe de pesquisadoras(es) e, ao mesmo tempo, a singularidade da escrevivência de cada autora e autor. Trabalhamos sob uma metodologia fundamentada na cosmovisão africana e ameríndia ou, dito de outro modo, em valores inspirados na ancestralidade negra e indígena, a exemplo da coletividade, do afeto, do respeito e da generosidade.

Desejamos que o Asé-Toré que teceu este material alcance a dimensão do sensível e desperte em você toda a potência da ancestralidade, fortalecendo seus passos... que também são nossos passos... e de nossas e nossos ancestrais.

Asé-Toré!

DRA. HEIDE DE JESUS DAMASCENO
COORDENADORA GERAL DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ

DRA. PRISCILA ELISABETE DA SILVA
COORDENADORA ADJUNTA DO PROGRAMA ASÉ-TORÉ
(ORGANIZADORA DA COLEÇÃO ASÉ-TORÉ)

A AUTORA E O AUTOR DESTE CADERNO



RENATA DO NASCIMENTO ARGEMIRO

42 anos. Nascida na cidade de Duque de Caxias, RJ. É graduada em História pela FEUDUC. Tem lato sensu em História da África e do Negro no Brasil pela UCAM e Educação étnico-racial pela UFF. É também Mentora e coordenadora do projeto de Formação Continuada com conteúdo antirracista e étnico-racial, chamado Agregando Conhecimento.

E-mail: euagregandoconhecimento@gmail.com.



MÁRCIO LUIS DA SILVA PAIM

45 anos. É Mestre pela UESB, Mestre pelo CEAO/UFBA e Bacharel em História pela UCSAL. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Antiguidade Clássica e suas conexões afro-asiáticas (UNIFESP). Atua como educador em cursos de formação em história da África, Educação para as Relações étnico-Raciais, Cinema africano [diretor(a)s africano(a)s] bem como em cursos de graduação e pós-graduação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ÁFRICA..... 16

Introdução..... 17

1.1 África: um continente diverso 17

1.2 África anterior à invasão europeia..... 21



CAPÍTULO 2

ÁFRICA ANTIGA E MODERNA..... 24

Introdução..... 25

2.1 O aspecto cronológico..... 25

2.2 Antiguidade Clássica (5.000 – 200 d.C): o surgimento das primeiras potências africanas 26

2.3 Egito (KMT)..... 28

2.4 O Antigo império..... 29

2.5 Médio império..... 30

2.6 Novo Império 30

2.7 Kerma, Napata, Kush, Méroe e sua relação com o império egípcio..... 31

2.8 Estados africanos modernos: África antes da chegada dos europeus..... 34





CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS 50

CAPÍTULO 3

ÁFRICA NO SÉCULO XIX 36

Introdução 37

3.1 O fim dos estados da África do oeste e a invasão da África no século XV pelos europeus 37

3.2 A chegada dos africanos nas Américas 39

3.3 O Século XIX, a Conferência de Berlim (1884-85) e a partilha da África 40

3.4 A colonização da Bélgica no Congo - 1884 44

3.5 Observações sobre a colonização da Europa sobre a África no século XIX 44

3.6 O processo de descolonização e as independências nas Áfricas 45



CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ÁFRICA



INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA ÁFRICA

INTRODUÇÃO

← O Programa Nacional de Ações Afirmativas, promulgado pelo Decreto 4.228/02 (BRASIL, 2002), criou condições para que iniciativas de combate ao racismo e às desigualdades fossem elaboradas. A Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003), que estabelece a obrigatoriedade da inserção da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares como prática pedagógica – assim como a criação da SEPPIR, a política de cotas, o Estatuto da igualdade racial – se constitui meio de aplicabilidade do conjunto das Ações Afirmativas proposto pelo decreto de 2002. O manual introdutório que você tem em mãos apresenta-se como uma iniciativa para abordar a história da África a partir dos requisitos estabelecidos pela Lei 10.639/03, bem como, fornecer o panorama da longa duração da história do continente. Assim, buscou-se dar ênfase ao requisito central para a compreensão da história do continente africano: a diversidade, pois as culturas africanas não podem ser entendidas sob o olhar uniforme, monolítico e/ou homogêneo.

1.1 ÁFRICA: UM CONTINENTE DIVERSO

Tem se tornado comum ouvir referência a termos como: “história africana”; “filosofia africana”; “psicologia africana”, ou

mesmo, uma “religião africana”. Termos como esses exigem muita cautela, pois, de forma alguma representam as diversas realidades do continente africano. A África é um continente caracterizado por sua longa duração histórica em relação aos outros continentes – América, Ásia, Europa e Oceania –, e por sua diversidade. Quando fazemos referência à civilização grega, tomamos como marco cronológico do século IV a.C.; ao falarmos de Israel, temos como referência 1.800 a.C.; na China, temos 3.500 a.C., mas quando nos referimos a história do continente africano, as datas mencionadas são ultrapassadas por uma história de 7 milhões de anos.

PORTANTO, A HISTÓRIA DA ÁFRICA É A HISTÓRIA MAIS ANTIGA ENTRE AS OUTRAS HISTÓRIAS, POIS, O CONTINENTE AFRICANO FOI O LOCAL O QUAL O SURGIMENTO DA ESPÉCIE HUMANA TEVE LUGAR.

Não é o objetivo deste capítulo esgotar o assunto da evolução humana, porém, é de fundamental importância desconstruir o mito de que não haveria possibilidade de a África ter sido lugar de origem da humanidade.

Com o desenvolvimento de técnicas e métodos de pesquisa, bem como a ampliação dos temas e o auxílio da genética, destaca-se que: parece não existir razão para acreditar que o berço da espécie humana tenha sido outro lugar que não a África (WONG, 2010, p.11).

O segundo mito elaborado acerca da evolução humana na África é o debate sobre a “linearidade histórica”, ou seja, aquela imagem que estamos acostumados a ver nos livros didáticos, que ilustra o “processo da evolução humana”, no qual aparece o primata na posição quadrúpede e um homem sentado no computador, evidenciam os “estágios evolutivos” que a humanidade experimentou! Além de ser reducionista, essa imagem deixa implícita a ideia de que uma espécie se desenvolveu depois da outra, linearmente. O que não é verdade!

A evolução da espécie humana foi marcada mais pela diversidade do que pela progressão linear (TATTERSAL, 2003, p. 24).

Hoje os especialistas afirmam a existência de 20 espécies de homínidos (TATTERSAL, 2003, p.25) que coexistiram entre dois milhões e meio e um milhão de anos no continente africano. A imagem convencional da evolução humana, apresentada em livros didáticos de história, não corresponde ao real processo da evolução protagonizado na África, devendo o mito raciológico da “evolução linear” ser desacreditado.

Paremos um pouco para refletir e saber que a diversidade no continente africano já está presente na variedade dos homínidos que coexistiram no continente entre sete e um milhão de anos. Além dos aspectos morfo-fenotípicos que caracterizaram a espécie humana, outros aspectos atestam a diversidade presente na África. A geografia e o clima podem ser citados como outro exemplo de diversidade, pois, a extensão territorial da África – 30.343.551 km² – corresponde a 22% da superfície sólida da terra, cobrindo uma região que vai desde a região do Polo Sul até o mar Mediterrâneo e do Oceano Índico ao Oceano Atlântico, apresentando notável variedade de climas (MOORE, 2010, p.99). No interior dessa massa continental, encontra-se uma

topografia diversificada com grandes savanas, imensas regiões desérticas – ou semidesérticas (Sahel), altiplanos planícies, bem como regiões montanhosas e imensas florestas. Esses marcadores fazem da África o terceiro continente em extensão, atrás da Ásia e América.

Sobre a diversidade de culturas, constata-se a existência de interação de mais de 2000 culturas, subdivididas em mais 3000 línguas cada uma com diferentes formas de organizações sociais, políticas, culturais, econômicas e tecnológicas (MOORE, 2010, p.100).

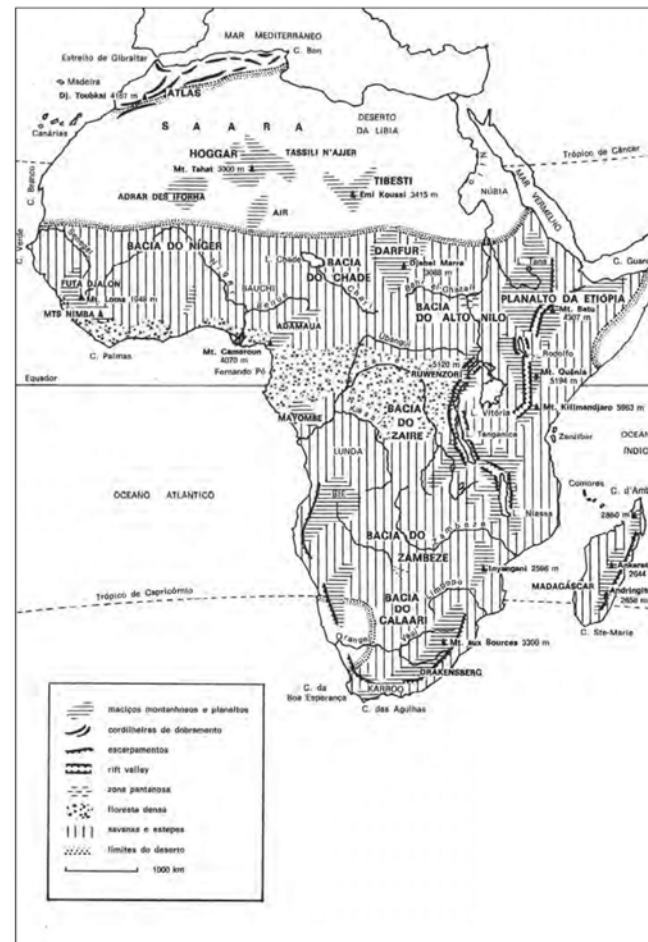


Figura 1. Geografia histórica: aspectos físicos. Fonte: História geral da África: metodologia e pré-história. UNESCO editora, 2010. Vol. I

A-Z

Morfo-fenotípico

Morfo = forma; Fenótipo = aparência externa. Morfo-fenotípico refere-se à forma da aparência externa. Mais da metade do tempo em que a humanidade esteve em desenvolvimento seu fenótipo foi universal, melanodérmico. Só depois, num período muito recente, é que essa morfo-fenotípica mudou com o processo de despigmentação o que foi uma resposta à adaptação climática dos primeiros humanos melanodérmicos que caminharam em direção aos espaços mais frios, no Norte.



Entendendo, de forma introdutória, a diversidade geoclimática do continente – que será abordada de forma específica no capítulo 2 – como pressuposto para a compreensão da história das Áfricas, abordaremos outro marcador que ocupa espaço no centro do entendimento sobre a diversidade cultural no continente africano. Logo, a diversidade das línguas africanas é uma abordagem que não pode ser desconsiderada.

As línguas na África se apresentam como um dos marcadores pelos quais pode-se constatar a diversidade do continente africano.

Além das línguas tradicionais locais, vamos encontrar muitos falantes da língua dos países colonizadores: além do inglês, fala-se francês, espanhol, português e o alemão. No norte da África, fala-se também o árabe, às vezes juntamente com outra língua europeia. A importância da “classificação das línguas” reside na possibilidade de acompanhar a trajetória e a história de diferenciações étnico-linguísticas de grupos culturais específicos, a exemplo dos Yourubá, Mandinga, Fulani, Haussá, dentre outros (GREENBERG, 2010).

No caso das línguas das Áfricas, apenas no século XIX se conseguiu reunir os elementos e a fundamentação teórica para iniciar esse empreendimento. Antes essa data, informações importantes já vinham sendo coletadas desde o século XVII, no momento que se inicia a produção dos primeiros dicionários e gramáticas de línguas africanas. Logo, é nesse contexto que surge a mais importante dessas obras, intitulada: *Polyglotta Africana*, compilada em Freetown (Serra Leoa) por S. W. Koelle (GREENBERG, 2010, p.319).

Até a década de 1950, vários estudiosos propuseram uma série de classificações para as línguas africanas. Entre 1949 e 1950, o linguista J.Greenberg propôs, a partir de uma série de artigos publicados no *Southwestern Journal of Anthropology*, uma classificação nova em muitos aspectos, que acabou por obter aceitação da maioria dos estudiosos (GREENBERG, 2010, p.325). De acordo com a classificação proposta por Greenberg, as línguas no continente africano podem ser entendidas como: *afro-asiáti-*

cas: também chamadas “camito-semitas”, estende-se desde a África do norte, até a África oriental, destacando-se em países como a Etiópia e a Somália atuais; o sul da atual Tanzânia não deve ser esquecido como uma das áreas onde a língua afro-asiática alcança; o níger-kordofoniano, segundo Greenberg *possui dos ramos desiguais em número de falantes e extensão geográfica* (GREENBERG, 2010, p. 329).

Ramos das línguas afro-asiáticas segundo J.Greenberg

O primeiro ramo é o *níger-congo*, que cobre parte da África ao sul do Saara. Nesse grupo estão inseridas a diversidade de línguas bantus. As línguas níger-congo podem ser identificadas na África ocidental, bem como no Sudão ocidental, central e oriental.

O segundo ramo, diz respeito a outra subdivisão do *níger-kordofoniano*, ou seja, *kordofoniano* propriamente dito, que está restrito a região do Kordofan no atual Sudão. A família nilo-saariana, compreende o terceiro ramo linguístico na classificação proposta. A outra família de línguas negro-africanas é a *nilo-saariana*. Geograficamente, é falada a norte e a leste das línguas níger-congo e predomina no vale superior do Nilo, nas regiões orientais do Saara e no Sudão: a família *Khoisan*, aparece como quarto ramo linguístico na classificação proposta por Greenberg. Caracterizada por possuir cliques entre as consoantes, parte de seus falantes compõe a cultura *san*. As línguas khoisan são faladas na África do Sul. Há dois pequenos grupos de populações, os *Hadza* e os *Sandawe*, situados ao norte, na Tanzânia, os quais as línguas diferem entre si quanto das línguas do grupo da África do Sul. A família Khoisan, por sua vez, divide-se em três ramos: Hadza, Sandawe, khoisan sul-africano (GREENBERG, 2010).

Greenberg propôs, em 1950, uma classificação linguística aceita pela maioria dos investigadores até os dias correntes, é importante ressaltar que essa classificação foi considerada por um longo período como “irrefutável”. As línguas não podem ser entendidas como entidades monolíticas ou homogêneas, mas sim como resultado do acúmulo gradativo de diversos processos culturais de longa duração que marcam a particularidade do

Existem mais de dois mil idiomas, isso significa 30% dos idiomas falados no planeta terra. Há países com apenas uma língua nacional. Na Nigéria, no entanto, embora o idioma oficial seja o inglês, existe uma variedade de línguas em todo seu território.

contexto de cada uma dessas línguas. Nas Áfricas, as línguas são, complexos culturais diversos que, em vários momentos aproximam-se e se distanciam, bem como se reelaboram e se cruzam. Portanto, não existe uma “língua africana”, mas sim, línguas africanas que variam de acordo com múltiplos contextos, culturas e geografias.

Outro aspecto que evidencia que as culturas africanas não são estáticas e/ou homogêneas é o aspecto “étnico”. É importante destacar que o termo “etnia” passou a ser aplicado às culturas africanas nas áreas de colonização da França. Ao chegarem no interior do continente africano os franceses se deparam com uma diversidade de culturas e práticas, as quais não tinham conhecimento para nomeá-las. Diante de tal impossibilidade, os franceses relacionaram a diversidade cultural com termo “*etnies*”, que se tornaria, por sua vez, o termo “étnico” dos dias correntes. Da mesma forma que a diversidade de línguas mencionada no tópico anterior, as culturas africanas (ou etnias?), não devem ser compreendidas como entidades estáticas e homogêneas.

Devemos compreender que o continente africano possui uma variedade de culturas cada uma delas como processos próprios de longa duração. Em alguns casos – a exemplo das culturas Olduvai e KMT – identificamos processos históricos de longuíssima duração que remontam a evolução humana no continente africano, bem como seus períodos mais recentes. Na antiguidade, identificamos culturas como KMT, Nápata, Kush, Axum, Méroe, que compõe a diversidade de culturas antigas no continente africano (M’BOKOLO, 2009). A partir do século II, podemos acompanhar os deslocamentos de uma diversidade de culturas no interior do continente africano, precisamente na África do oeste, onde assistiremos, gradativamente, ao surgimento e desenvolvimento de estados como Gana (século II), Mali (séculos XII-XIV) e Songai (século XV). O surgimento desses estados em todas as direções não pode ser dissociado da variedade de povos que estavam no interior das fronteiras desses

impérios. Entre o século II e o século XV, a região ocidental da África será o cenário para inúmeros deslocamentos populacionais elaborados a partir de uma dinâmica própria e interna. É nesse contexto que está constatada a presença das culturas *saracolé* e *soninquê* (Gana); *Malinqué*, *Diula*, *Fulanii*, *Wolof*, *Serer*, *Tukulor*, *Bambara* (Senegal, Mali, Gâmbia, Guiné-Conacri), *Hausá*, *Yourubá* (Nigéria). As culturas citadas são evidência, não só da variedade cultural, bem como de sua complexidade e suas dinâmicas e contribuem para a desconstrução da falsa ideia de que as culturas da África (ou grupos étnicos?) são estáticas, monolíticas e homogêneas. Essas culturas – ou “etnias” – foram forjadas a partir de processos de longa duração, avanços, recuos, amálgamas e apropriações de diversas culturas que, em contato com outras culturas, deram origem a diversos complexos culturais.

De acordo com as orientações estabelecidas no primeiro volume da coleção História Geral da Unesco: (...) *é necessário evitar tanto a singularização excessiva da África* (KI-ZERBO, 2010, p.34), ou seja, não se deve entender as culturas – ou grupos étnicos – no interior do continente africano como resultado de uma dispersão de um único grupo. As culturas africanas em sua totalidade não descendem, unicamente, dos povos que ocuparam o Vale do Nilo, até porque, a complexidade cultural dessa região pode ser atestada por documentos egípcios antigos. Deve-se compreender a enorme diversidade de povos e culturas no continente africano como produto de um processo de longa duração, destacados por períodos cronológicos distintos onde culturas, povos e grupos surgem, fundam-se e desaparecem com a mesma rapidez com que surgiram (M’KOKOLO, 2009). Esses povos possuem, cada um, organização social, política, filosófica, religiosa, próprias e distintas. Portanto, falar de “*um povo africano*” ou “*um povo negro*” constitui-se numa forma genérica e superficial de reduzir a diversidade cultural presente no interior do continente africano, bem como em sua diáspora.

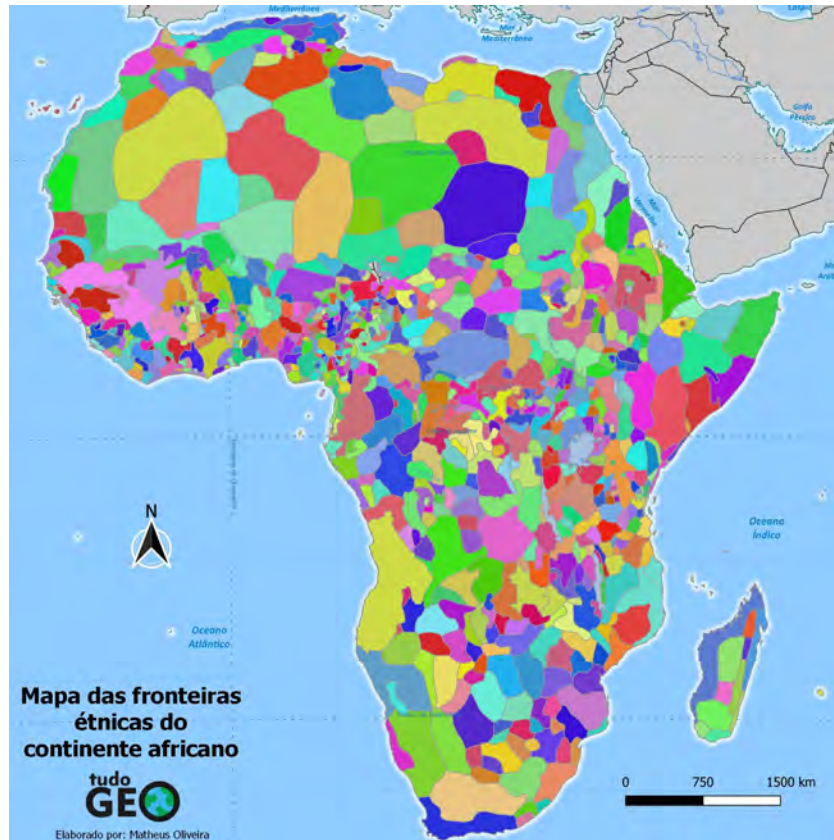


Figura 2. Mapa das fronteiras étnicas do continente africano Fonte: <https://www.tudogeo.com.br/2018/08/20/mapa-fronteiras-etnicas-afri-ca/>. Acesso em: 20 set. 2022.

Ao contrário da falsa ideia de uma “África culturalmente homogênea”, sua diversidade é atestada por uma multiplicidade de culturas, línguas, religiões, organizações políticas, militares etc. Usamos os exemplos das línguas, dos povos e das culturas na África como uma forma de demonstrar que a diversidade cultural, ao contrário da “homogeneidade” é uma das orientações que deve ser bem fixada antes de passarmos ao próximo tópico e abordarmos a história das Áfricas antes da chegada dos europeus.

1.2 ÁFRICA ANTERIOR À INVASÃO EUROPEIA

Cronologicamente, o período que compreende a África antes da invasão europeia, segundo Moore (2010, p.123), é conhecido

como antiguidade neoclássica que está localizada a “*aparência, apogeu e declínio dos estados agro burocráticos neoclássicos nos diferentes espaços civilizatórios*”. É nesse contexto que surgem os estados africanos modernos: Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu (atual Chade) e Monomotapa (atual Zimbábue), estados para os quais o entendimento de suas dinâmicas e funcionamentos não são possíveis sem a compreensão de “espaços civilizatórios”, logo:

A complexidade social, aliada a “massividade” e extrema diversidade eco-geográfica (...) impõe a necessidade de enxergá-lo, analiticamente, através da noção de “espaço civilizatório” como locus das inter relações fundantes da sociedade. Atendendo a considerações que aliam tanto a identificação das continuidades geo-linguístico-culturais atuais quanto às delimitações dos espaços políticos-culturais antigos (...) (MOORE, 2010, p.116).

A seguir esse raciocínio, podem ser definidos ao menos quinze espaços de civilização que, posteriormente, darão origem aos estados africanos modernos localizados entre o século II e o século XV. Por questões de espaço, citaremos os espaços de cultura da África do oeste – Gana, Mali, Songai – que trataremos aqui. Logo, podemos destacar na África do norte os espaços *Núbio-egípcio-kushita; etíope-somálio-axumita; ugando-ruando-burundês; guineano-burkinomarinense; senegalo-guineano-maliense*. São nesses espaços de civilização que aparecerão os estados com os nomes, tal qual, conhecemos nos nossos dias (MOORE, 2010).

Tomaremos o espaço de civilização *guineano-burkinomarinense* – local do surgimento do império de Gana – como referência de análise societária para que possamos compreender o funcionamento desses estados antes da invasão da África pelos europeus. O primeiro passo é entender que Gana é um estado agro-burocrático, ou seja, é um estado onde o governo está fundamentado na distribuição coletiva de excedentes agrícolas. Geralmente, o poder de organizar e distribuir os excedentes está centrado nas mãos do rei que, por sua vez, também recebe a denominação de *Gana* (MOORE, 2010).

É importante orientar o(a) interessado(a) no estudo da história da África que um de seus requisitos é o descarte da ideia de “homogeneização cultural”, pois essa noção, amparada em pressupostos raciais do século XIX, desqualifica as particularidades das culturas na África, dissimulando sua imensurável riqueza imaterial.



Economicamente, embora as sociedades nas Áfricas sejam organizadas em torno da distribuição comunitária de excedentes da agricultura, não significa que a agricultura seja a única atividade de subsistência, podendo identificar nelas imensa variedade de possibilidades e combinações. Assim, encontramos na África antes das invasões europeias, sociedades de *caça e coleta nômade*; *pastoreio-nômade*; *agro-pastoreio* e *agro-manufatura*. Tendo o agro-pastoreio como atividade fundamental, não significa que esta seja a única, no modo de sustentação da vida material e social em relação a função produtiva, podendo os estados africanos desse período uma, ou a combinação de várias dessas atividades (MOORE, 2010).

No que diz respeito às estruturas de poder e comando político, os estados africanos recentes podem ser organizados como uma “agro-burocracia abrangente”, ou seja, um governo voltado para distribuição coletiva de excedentes agrícolas, onde o comando político é compartilhado de forma “abrangente” entre uma variedade de clãs e povos. Esse tipo de governo, geralmente, constituiu-se como pluriétnico, de forma que suas chefaturas abrangem variados clãs de culturas distintas. O estado de Gana pode ser citado como exemplo para esse tipo de governo. Já as agro-burocracias restritivas, são compostas por estados pluriétnicos, porém, apenas um único grupo “monopoliza” o poder – por isso falamos “restringente”, ou seja, restrita a um único grupo. Nesse tipo de comando político a chefatura está restrita a um único clã. Portanto, é importante pontuar que no continente africano nunca houve, nem antes, nem depois da invasão europeia, uma única forma de governo universal a todo continente, pois a diversidade de todas as formas compõe-se como o marcador central das culturas oriundas da África (MOORE, 2010).

Sobre a estratificação social, o estado de Gana, bem como outras sociedades antes da invasão dos europeus, pode ser entendido como em agremiações diferenciadas, hierárquicas ou horizontais, fechadas de gênero como a **geledés** na Nigéria, sociedade de idade e de *castas*, bem como em agremiações sociais abertas de classe. Esse esquema geral permite-nos delimitar períodos de longa du-

ração que correspondem à evolução das singularidades culturais da África nas quais podemos destacar as ciências, as tecnologias, religião, artes e filosofias, bem como as interações das famílias linguísticas africanas. Assim, antes de adentrarmos o próximo capítulo, é imprescindível que a diversidade cultural seja estabelecida como requisito central para o estudo da história das Áfricas.

A-Z

Geledés é uma sociedade fechada e composta unicamente por mulheres no interior da cultura iorubá.

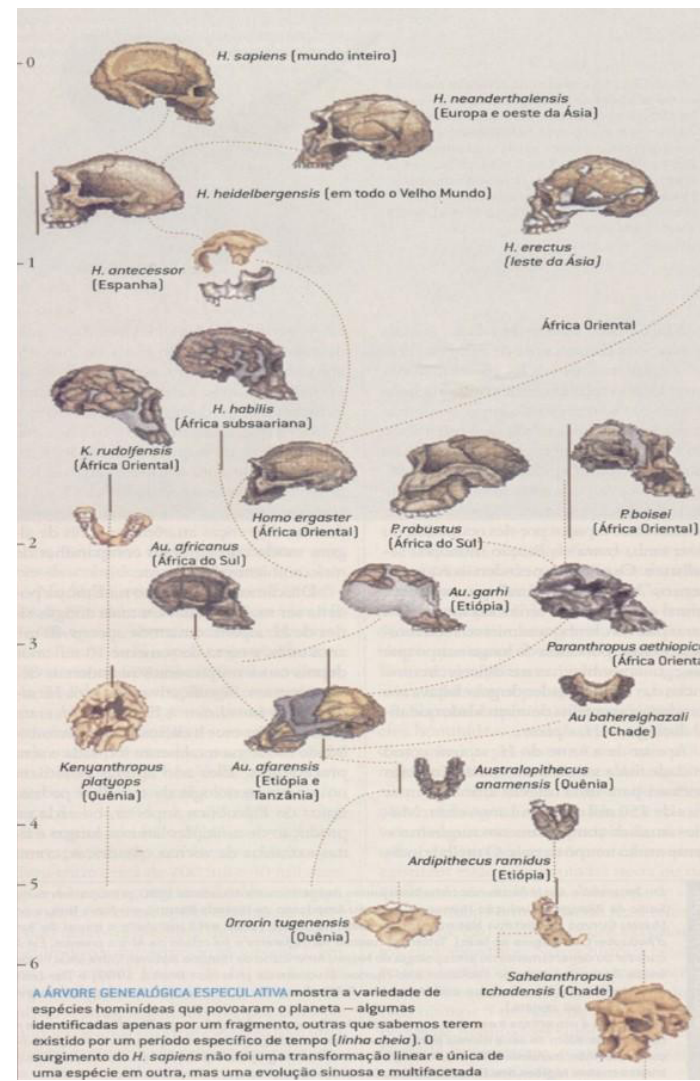


Figura 3. Em busca do primeiro homem: fósseis recém-descobertos acenam com novas possibilidades de se conhecer a origem da humanidade. Fonte: Scientific American, São Paulo, n. 37, pp.6-15, edição especial, maio de 2010.



Você sabia

Que as relações comerciais existentes cruzavam todo o deserto do Saara através das rotas onde os viajantes faziam sua travessia com muitas pessoas e suas mercadorias?

As rotas mais conhecidas eram os reinos da África do ocidente entre os séculos X e XVI foram: Gana (Ghana), Mali e Songai (Songhai). As fronteiras de Gana e do Mali, hoje, não são as mesmas dos estados aqui mencionados. Houve uma grande expansão do comércio através das caravanas e desenvolvidos pontos dentro da rota, formados por conta das mercadorias valiosas existentes no local, sendo assim estabelecido núcleos de poder devido à riqueza acumulada por conta desse tipo de atividade.

Por conta dessas ações mencionadas anteriormente, foram sendo criados muitos reinos ao Sul do deserto e nas regiões denominadas como savanas. As caravanas comerciais tinham fácil acesso, o que facilitava o controle dos bens mais valiosos da época ao norte do continente africano: o ouro e o sal.



Para exercitar o aprendizado

Chegou o momento de você construir e/ou reforçar seu conhecimento. Apresentamos a seguir uma atividade para exercitar o aprendizado.

Comumente a África é apresentada como sendo uma região homogênea. Escolhe-se um de seus aspectos e este é apresentado como padrão de todo o continente. Com base no que você aprendeu até aqui:

- destaque três aspectos apresentados neste capítulo que desconstruam a ideia de uma África homogênea.
- desenvolva uma pesquisa sobre a diversidade étnica presente no continente africano e compartilhe seu conhecimento com pessoas próximas de você. **Dica:** no quarto capítulo deste caderno, você conhecerá fontes para te ajudar nessa pesquisa. A Coleção Pedagógica Asé-Toré também tem um Caderno chamado: *Geografia da África e dos seus descendentes no Brasil*, de autoria da profa. Paula Regina Oliveira Cordeiro, que te trará grande conhecimento sobre este tema. Bons estudos!



Expectativa de aprendizagem:

Os aspectos que podem ser citados são: Diversidade geográfica; Diversidade étnica; Diversidade linguística; Diversidade cultural.

Com a pesquisa espera-se que a/o leitora/leitor aprofunde seu conhecimento sobre a diversidade étnica que caracteriza o continente africano e seja capaz de transmitir esse conhecimento, contribuindo para a construção de uma leitura mais abrangente e respeitosa sobre o continente africano.

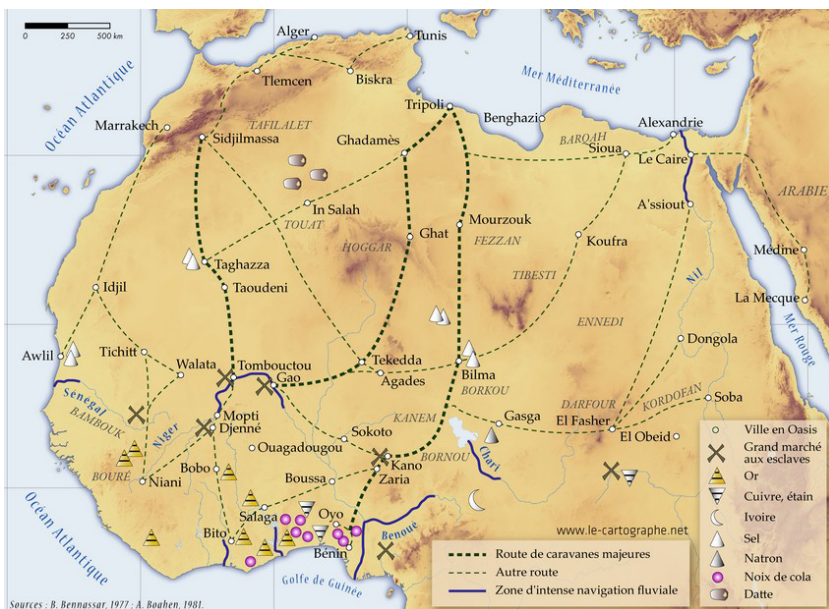


Figura 4. Rotas de caravanas pelo Deserto do Saara (século XI ao século XV). Fonte: <https://ensinarhistoria.com.br/rotas-transaarianas/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CAPÍTULO 2
ÁFRICA ANTIGA
E MODERNA



REINO DE KUSH

ÁFRICA ANTIGA E MODERNA

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos do capítulo anterior foi enfatizar a diversidade cultural presente no continente africano. Diante da multiplicidade de aspectos que deveriam ser abordados – política, economia, sociedade, cultura, ciência e tecnologia – e diante do reduzido espaço para a abordagem, usamos a diversidade linguística, de culturas e povos, bem como a evolução humana e as antigas civilizações para ilustrar essa variedade.

Neste capítulo, iremos tratar de aspectos, significativos, relacionados à história dos estados antigos e modernos – Gana, Mali, Songai – já mencionados, superficialmente, no capítulo anterior. Logo, a cronologia (tempo), é um dos aspectos que exigem atenção diferenciada.

2.1 O ASPECTO CRONOLÓGICO

O debate sobre a noção do “tempo cronológico”, no qual a história da África está inserida, é uma seara longa e diversa. Por questão de tempo e espaço, iremos tratar aqui sobre a apropriação do tempo pelo ocidente para informar que: *as dimensões de tempo e espaço foram estabelecidas pelo ocidente* (GOODY, 2008, p.24). A temporalidade histórica – Pré-história, História Antiga, História Moderna, História Contemporânea – pode ser usada para locali-

zarmo-nos em relação às temporalidades na África, porém, não acolhe a diversidade dos processos existentes na historicidade da África desde o surgimento e evolução do ser humano no continente (GOODY, 2008).

Cientes de que a temporalidade proposta pelo ocidente pode servir para nos orientar, cronologicamente, em relação aos acontecimentos ocorridos no continente, é importante destacar que essa “temporalidade” não cabe uma historicidade de 7 milhões de anos. A perspectiva temporal-cronológica ocidental não pode ser impedida de ser aplicada à história do continente africano, porém, tal uso deve estar amalgamado a ideia de que a historicidade africana possui duração mais longa do que a historicidade dos outros continentes (MOORE, 2010).

A cronologia fornecida por Moore (2010), para pensar a longa duração da historicidade do continente africano, contempla a noção cronológica deste capítulo no que diz respeito aos estados antigos e os estados modernos (recentes) no continente africano. Para Moore (2010):

A periodização é um padrão conceitual que facilita a apreensão de uma longínqua trama histórica ou pré-histórica, tornando-a inteligível para nós. Ela é, necessariamente, arbitrária, porquanto surge de uma necessidade de ordem e delimitação por parte do pesquisador (MOORE, 2010, 118).

Buscando por tal inteligibilidade, o capítulo proposto entende a história da África a partir de um marco referencial antigo que tem como ponto de partida a *antiguidade pré-histórica* (7000.000 – 2.500.000), no qual está localizado o processo de hominização e a aparição de várias espécies de homínídeos; *antiguidade remota I* (2.500.000 – 1.000.000), período do surgimento, sucessivo, de dois troncos protótipos da família humana arcaica – **homo erectus** e **homo habilis** – e as primeiras migrações para a Ásia e Europa Oriental; *antiguidade remota II* (1.000.000 – 300.000), surgimento da família humana proto-moderna – homo sapiens neanderthalensis – e a continuidade de migrações para a Europa e Oriente Médio; *antiguidade remota III* (300.000 – 10.000); surgimento da família, anatomicamente moderna, a qual todos os seres humanos pertencem – homo sapiens sapiens –, povoamento definitivo de todos os continentes do planeta. A aparição de dois novos troncos fenotípicos – proto-europóides e prontosino-nipônicos – mongol (chineses e japoneses) e as migrações desses povos fazem parte desse recorte temporal. É importante pontuar que o período neolítico da África está contido nesse recorte cronológico e possui relevância diferenciada como requisito a compreensão da história antiga do continente africano, pois:

(...) se apresenta como o momento em que os ancestrais imediatos das famílias linguísticas correspondentes aos povos e sociedades que conhecemos atualmente chegaram ao seu habitat que ocupam hoje. (...) sabe-se que os ecossistemas atuais do continente africano se constituíram entre 12.000 e 3.000 anos a.C, dando essa configuração ambiental que explica o desenvolvimento das práticas agrícolas (MOORE, 2010, p.121-122).

A *antiguidade próxima* (10.000 – 5000) se constitui como o quarto momento da periodização proposta e nela está situada a aparição das primeiras sociedades sedentárias agrícolas nos diferentes espaços no interior do continente; *antiguidade clássica* (5.000 – 200 d.C), a qual está situada a aparição, o apogeu e o declínio das mais antigas organizações sociais do continente africano

– KMT, Kerma, Nápata, Kush, Axum, Méroe, Cártago – ou seja, esse período corresponde ao surgimento dos estados antigos do continente africano.

Por fim, cobrindo o limite cronológico proposto por esse capítulo, temos a *antiguidade neoclássica* (200 d.C – 1.500 d.C), período no qual está situada a aparição, apogeu e declínio das primeiras civilizações clássicas – Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu e Monomotapa – nos diferentes espaços geocológicos dentro do continente (MOORE, 2010, p.122-123). As antiguidades clássicas e neoclássicas, que cobrem o período da antiguidade africana e dos estados neoclássico modernos, é o foco dessa abordagem. Logo, começemos pela antiguidade clássica (5.000 – 200 d.C) e a aparição dos estados antigos da África.

2.2 ANTIGUIDADE CLÁSSICA (5.000 – 200 D.C): O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS POTÊNCIAS AFRICANAS

A antiguidade clássica na África é o período cronológico, pela razão já explicada, está localizado as organizações sociais mais antigas do continente africano. Antes de abordá-las, duas observações devem ser feitas. A primeira delas é a de que os estados antigos africanos, precisamente o Egito (**KMT**), não podem ser entendidos como surgidos numa perspectiva linear-sincrônica, ou seja, a forma como a narrativa histórica – fundamentada na apropriação eurocêntrica de tempo – nos faz pensar que, não só os estados na África, bem como os estados antigos, fora do continente, sucederam-se linearmente. A história da África deve ser abordada, dia-cronicamente, a partir de períodos históricos levando em consideração a evolução humana no continente africano e o povoamento do planeta. É nesse contexto que a história egípcio-kemética deve ser compreendida, ou seja, a história da civilização do Vale do Nilo deve ser abordada como produto de um processo de longa duração que tem como ponto de partida o surgimento e a evolução do homem no continente africano (NEVES; JUNIOR; MURRIETA,

A-Z

Homo erectus

A espécie “erectus” é resultado da evolução adaptativa da espécie de homo habilis constatando o aumento do volume cerebral de 600 para 1000 cm³ ao mesmo tempo em que a elaboração das ferramentas e utensílios se tornam mais refinados que os do período anterior do homo habilis.

Homo habilis

O aumento do volume do cérebro de 400 para 600 cm³ é um dos marcadores que diferem a espécie “habilis” das espécies de australopitecos. Além do aumento do volume cerebral, a localização de utensílios de pedra trabalhados de forma rudimentar, datados de 2,5 milhões de anos, sugere que essa espécie já não usava a sua capacidade de raciocínio de forma racional e não instintiva.

KMT

Nome pelo qual os antigos egípcios reconheciam o país que conhecemos nos dias correntes como Egito. Egito seria o nome atribuído pelos gregos após a conquista de Alexandre, o grande, da Macedônia.

2015). Logo, a civilização do Vale do Nilo não pode ser abordada sem conexão com os seus diversos contextos, atores, fatores e aspectos norteadores na elaboração da cultura.

A segunda observação diz respeito ao aspecto fenotípico dos povos da alta antiguidade. A forma como a história antiga é abordada nas bases curriculares do Brasil, nos deixa a impressão de que, fenotipicamente, a história da Grécia, dos Hebreus, dos Persas, dos Sabeus, elamitas, entre outros, foi protagonizada por indivíduos, fenotipicamente, distintos. A impressão que temos é que cada cultura dessas citadas anteriormente corresponde a entidades estáticas, uniformes e homogêneas, ou seja, cada uma com um fenótipo diferenciado.

Cheikh Anta Diop, o pensador senegalês de maior destaque na África no século XX, explica como o clima influenciou na definição do fenótipo:

O tipo humano que nasceu em volta da região dos Grandes Lagos, quase no Equador, é necessariamente pigmentado e negro, a lei de Gloger coloca que em climas quentes e úmidos os animais de sangue quente tendem a ser pigmentados. Todas as outras raças derivam da raça negra por uma filiação mais ou menos direta, e os outros continentes foram ocupados a partir da África pelo *homo erectus* e pelo *homo sapiens*, há 150.000 mil anos atrás. As velhas teorias que afirmavam que os negros vinham de outro lugar tornaram-se inválidas (DIOP, 1985).

E ainda:

(...) que qualquer ser da espécie humana que nasceu nessa região, não seria capaz de sobreviver numa região equatorial sem pigmentação. A natureza não faz nada por acaso, e por esse motivo, a espécie humana que nasceu na região subequatorial tinha melanina para proteger sua pele e é por isso, é claro, que os primeiros humanos tinham que ser negros. E apenas quando essas pessoas deixaram a África para povoar

outros lugares do mundo que tinham um clima diferente, esses homens mudaram e tomaram aspectos e aparências diferentes (DIOP, 1985).

Entendendo que a humanidade surgida no continente africano por volta de 7.000.000 milhões de anos, possuía o fenótipo **melanodérmico**, como entender a variedade fenotípica da alta antiguidade? O desenvolvimento de novas técnicas e métodos de pesquisa tem ajudado a solucionar a lacuna sobre as características fenotípicas dos povos da alta antiguidade. As evidências têm apontado que a maior parte do tempo em que a humanidade esteve em evolução, o seu fenótipo foi, universalmente, melanodérmico, só mudando posteriormente, em função de uma adaptação climática que resultou no aparecimento das populações brancas, logo:

Quando se trata de cor da pele, a equipe encontrou um patchwork de evolução em diferentes lugares e três genes separados que produzem pele clara, contando uma história complexa de como a pele europeia evoluiu para ser muito mais clara/branca nos últimos 8000 anos. Os humanos modernos que vieram da África para instalarem originalmente na Europa cerca de 40.000 presume-se terem pele escura, o que é vantajoso em latitudes ensolaradas. E os novos dados confirmam que cerca de 8500 anos atrás, os primeiros caçadores-coletores na Espanha, no Luxemburgo e na Hungria também tinham uma pele mais escura: faltavam versões de dois genes – SLC24A5 e SLC45A2 – que levavam à despigmentação e, portanto, a pele branca dos europeus hoje (GIBBONS, 2015, p.2 – tradução do autor)

Considerando o aparecimento da humanidade na África por volta de 7.000.000 milhões de anos, há de convir que, até um período muito recente, a humanidade possuía a pele escura, sendo o fenótipo melanodérmico, universal. A pesquisa genética recente revela que:

(...) encontrou um patchwork de evolução em diferentes lugares e três genes separados que produzem pele clara, contando uma



Cheikh Anta Diop

Químico, físico, matemático, historiador, antropólogo, arqueólogo, paleontólogo, egiptólogo, sociólogo e linguista, Cheikh Anta Diop é considerado a personalidade africana de maior destaque no século XX. No auge do debate racial que prevalecia na Europa dos anos 1950, Diop, elaborou uma tese de doutorado, recusada por uma banca de eminentes egiptólogos franceses. Essa tese deu origem a "Nações negras e cultura", obra seminal que reelaborou a narrativa sobre a origem da espécie humana na África e da civilização egípcia. A obra do humanista africano confrontou o anticientificismo das abordagens do "africanismo eurocêntrico".

A-Z

Melanodérmico

Nome científico usado para designar populações com altas taxas de melanina.



história complexa de como a pele europeia evoluiu para ser muito mais clara/branca nos últimos 8000 anos (BALTIER, 2014, p.3 – tradução do autor).

Percebe-se, de acordo com a pesquisa, que um suposto processo de despigmentação teria tido início por volta de 8.000 anos a.C. Considerando a lentidão do processo evolutivo, 3000 anos seria um período muito curto – considerando que as civilizações da alta antiguidade surgem por volta de 5.000 anos a.C – para que as populações brancas tenham se conformado. Os acontecimentos, sujeitos e contextos protagonizados na alta antiguidade foram protagonizados por populações de fenótipo melanodérmico.

A bíblia sagrada, no capítulo da criação do mundo (Gênesis), narra o momento em que Jacó recebeu orientações de Javé para deixar a cidade de *Ur*, na Suméria (atual Iraque) em direção a *Canaã* (atual palestina) a cidade onde jorra o “leite e o mel”. Ambas cidades, desde os 5.000 anos a.C, são ocupadas por populações melanodérmicas. Summer, Ácade e Canaã constituem-se, respectivamente, como três dos principais centros de populações melanodérmicas no Oriente Médio durante a alta antiguidade (RASHID, 2007). Assim, feitas essas duas observações, vamos nos debruçar um pouco sobre a história da organização social mais antiga do continente africano: a **civilização kemética-egípcia**.

2.3 EGITO (KMT)

Dentro da proposta de compreensão da história da África, é requisito fundamental saber que o Egito antigo como produto da organização das populações do Vale do Nilo não era uma civilização isolada, ou seja, no momento de aparição do estado egípcio, vários estados e culturas coexistiam. Geograficamente, a localização do Vale do Nilo contribuiu, diferenciadamente, para o alvorecer da civilização, pois

(...) a própria natureza dividiu o país em duas partes diferenciadas: a estreitas faixas de terra fértil situadas ao longo do Nilo, de Assuã até a região atual do Cairo, denominadas alto

Egito, e o extenso triângulo formado no curso de milênios pelos depósitos de limo do rio, que corre para o Norte em direção ao mediterrâneo, região denominada baixo Egito ou Delta (BAKR, 2010, p.38)

A localização geográfica contribuiu para o surgimento de uma das civilizações mais importantes do mundo e a mais antiga do continente africano. À medida que as condições climáticas na África vão se modificando e o ressecamento da região do Saara vai ganhando espaço, grupos de caçadores-coletores nômades vão se estabelecendo, gradativamente, na região do Vale do Nilo – única região com concentração de água – no decorrer de milhares de anos (MOKHTAR; VERCOUTTER, 2010).

Sobre o que diz respeito ao fenótipo das antigas populações do Vale do Nilo, cabe ressaltar que, no final do século XVIII e início do século XIX, foi definida a idéia de “**raça**” e suas **teorias raciais**. Afirmava-se *simples e claramente que os egípcios eram brancos* (DIOP, 2010, p). Durante o século XX, os cientistas recusaram a melanina como categoria de análise. Eles fundamentam seus argumentos no fato de que a: *pele das múmias, tingida pelo material do embalsamento, já não é susceptível de qualquer análise*, pois:

A-Z

Raça

Aqui é entendida como conceito sócio-político, e não biológico, pois, partimos do pressuposto – amparado em dados científicos – que o conceito “*raça*”, biologicamente, não se sustenta.

Teorias raciais

O racismo foi uma teoria elaborada na Europa no século XIX como uma forma de justificar a universalização da cultura e da economia europeia sobre povos e culturas não europeias. Essa teoria advoga a existência de hierarquias biológicas entre as raças humanas.



Civilização kemética-egípcia

As evidências arqueológicas e os documentos escritos situam o surgimento da civilização kemética-egípcia em torno de 5000 – 4.500 anos a.C, sendo esta a evidência mais antiga de organização social no interior do continente africano. Em 2005, um osso petrificado encontrado em Ishango – fronteira entre a República Democrática do Congo – RDC e a Uganda sugere que, aproximadamente, 20 mil anos antes do surgimento da civilização kemética-egípcia, a humanidade já era capaz de pensar numericamente. Se tais evidências forem atestadas, cairá por terra a hipótese do Egito como a organização social mais antiga do continente.



A melanina, substância química responsável pela pigmentação da pele, é, geralmente, insolúvel e preserva-se por milhões de anos na pele dos animais fósseis. Portanto há razões de sobra para que seja facilmente encontrada na pele das múmias egípcias, apesar da lenda persistente segundo a qual a pele das múmias, tingida pelo material do embalsamento, já não é susceptível de qualquer análise (DIOP, 2010, p.11)

Removido um dos obstáculos ao uso da melanina como uma categoria de análise, após analisar suas próprias amostras, Diop (2010), prossegue:

As amostras que eu mesmo analisei foram colhidas no laboratório de antropologia física do museu do homem, em Paris, das múmias provenientes das escavações de Marietta, no Egito. (...) De qualquer forma, queremos simplesmente afirmar que a avaliação do nível de melanina através de exames de microscópio é um método de laboratório que nos permite classificar os antigos egípcios inquestionavelmente entre as raças negras (DIOP, 2010, p.11)

Os resultados preliminares alcançados por Diop foram apresentados no Congresso da UNESCO em 1974, que possuiu como uma das áreas de interesse a ocupação e o povoamento do Vale do Nilo e, com todas as discrepâncias e divergências, teve aceitação geral por parte de eminentes pesquisadores na academia ocidental. Coube ao próprio Cheikh Anta Diop apresentar evidências sobre a origem negro-africana da civilização kemética-egípcia, bem como fragilizar a hipótese de que tal civilização era produto de elementos asiáticos:

O fundamental em todas essas conclusões é que, a despeito de todas as discrepâncias que apresentam, o seu grau de convergência prova que a base da população egípcia no período pré-dinástico era negra. Assim, todas elas são incompatíveis com a teoria de que o elemento negro se infiltrou no Egito em período tardio (DIOP, 2010, p.4)

As evidências, irrefutáveis, de que a população egípcia no período pré-dinástico era negra (DIOP, 2010, p.4) fragilizou não só o mito de que a civilização egípcia era resultado de influência asiática, bem como ressaltou o protagonismo da mesma como resultado de interações orgânicas no interior do próprio continente e sua contribuição na elaboração da cultura mundial. Compreendida a origem dos antigos egípcios, podemos nos fazer debruçar, de forma introdutória na história kemético-egípcia através de seus principais ciclos. Logo, abordaremos os períodos do antigo, médio e novo império.

2.4 O ANTIGO IMPÉRIO

É o período cronológico em que foi realizada a unificação política do Vale do Nilo. Essa unificação foi realizada pela primeira vez a partir do Sul, ou seja, a região do Alto Egito. A paleta de Narmer, descoberta em Hieracômpolis, é um dos documentos mais antigos que atestam a existência da civilização egípcia, demonstra o que parece ser o rei Narmer (Menés) durante a cerimônia da unificação.



Figura 5. Palette of Narmer. Fonte: <https://bit.ly/2JmWM8l>. Acesso em: 15 ago. 2022.

Curiosidade

O Colóquio sobre a pré-história da África foi realizado no Cairo (Egito) de 28 de Janeiro a 3 de fevereiro de 1974 e desenvolveu-se em duas etapas: a primeira, de 28 a 31 de janeiro, foi consagrada ao "povoamento do antigo Egito" e a segunda etapa, de 1º a 3 de fevereiro, tratou da "decifração da escrita meriótica.



Após a unificação, a capital do reino unido foi transferida para Tinis – por isso se diz que as duas primeiras dinastias faraônicas (3000 – 2778) eram tinitas. A unificação das populações do Vale do Nilo vai ser completada a partir da terceira dinastia (2778 – 2727). Dessa forma, os elementos tecnológicos e culturais que fundamentaram o surgimento da civilização egípcia já estavam em andamento (DIOP, 1974). A quarta dinastia egípcia é marcada na história mundial em função da grandiosidade dos templos em homenagem aos faraós Quéops, Quéfren e Mikerinos e das características negras dos Faraós presentes nas grandes pirâmides.

2.5 MÉDIO IMPÉRIO

O médio império corresponde ao período que vai da sexta à décima segunda dinastia. No decorrer dessa dinastia, a capital, Memphis, foi saqueada pela oposição, o que obrigou a realeza a se refugiar nas terras menos acessíveis ao sul. Isso aconteceu inúmeras vezes durante a história kemética. Durante o médio império, subitamente, o Egito foi invadido por hordas de povos asiáticos (Hicsos) entre 1730-1580 a.C. Essa invasão foi a primeira de povos externos desde a unificação do Egito. Portanto, os hicsos foram os primeiros povos a “quebrarem” as fronteiras do império egípcio. A invasão foi cercada de tal violência que sua “*barbárie era indescritível*” (DIOP, 2010, p.420), ocuparam a região oriental do Delta, transformando Avaris em sua capital. Nesse período, os reis continuaram a reinar no Alto Egito, onde a realeza novamente encontrou asilo. A decomposição social e política que se abateu durante o Médio império levaria esse período ao seu clímax, inaugurando o Novo Império.

2.6 NOVO IMPÉRIO

Os resquícios da decomposição social iniciada no Médio império, estendeu-se até o Novo império durante três séculos de 1090-720 a.C, sendo finalizado a partir da chegada dos núbios no poder egípcio. Com a chegada da dinastia sudanesa ao poder do Egito, os faraós cujo os reinados formaram a vigésima quinta dinastia estimularam um real renascimento e organização do país.

Este é o período em que as capitais de Napata e Méroe foram estabelecidas, sucessivamente, como a capital da região da Núbia ao sul do Egito. Coexistindo durante esse período sob o nome de Axum, o país que conhecemos nos dias correntes como Etiópia é herdeiro dessa civilização.

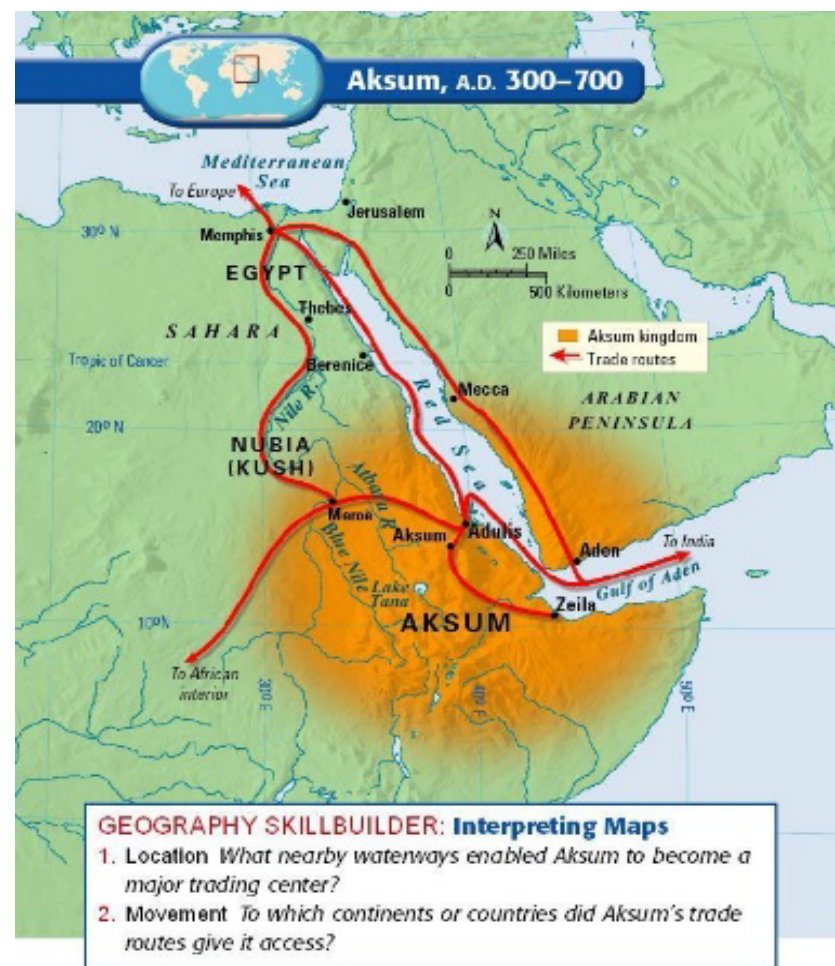


Figura 6. Localização de Axum na região da Núbia. Fonte: <https://bit.ly/3JqkA-gp>. Acesso em: 05 mar. 2023.

Axum era uma província destacada do Reino Sudanes. A história desta dinastia foi parte de um esforço para construir uma frente unida contra o invasor estrangeiro. O novo império é conhecido como período no qual diversos povos se revezaram no poder. Após

Você Sabia?

Os Hicsos são um povo de origem semita que entre os séculos XVII E XV a.C foi o primeiro povo, ou seja, o mais antigo povo já documentado a transpor a fronteira territorial kemética (egípcia).

o rompimento da “barreira egípcia”, a partir de 1730 a.C, sírios, gregos, babilônios, líbios, citas, hititas, persas e árabes, tiveram acesso inédito às regiões, em muitos casos sagradas, no interior do império egípcio. Após o poder político ser usurpado, a estrutura social atinge outro período de apogeu, fazendo o novo império entrar em declínio. Logo, é nesse contexto que vai se dar a relação do império Kemético-egípcio com os estados da região da Núbia.



Figura 7. Localização geográfica do Vale do Nilo onde se desenvolveu a organização social mais antiga do continente africano. Disponível em: <https://bit.ly/3mF7tc0>. Acesso em: 15 jul. 2022.

2.7 KERMA, NAPATA, KUSH, MÉROE E SUA RELAÇÃO COM O IMPÉRIO EGÍPCIO

Kerma, Napata, Kush e Méroe não foram impérios, mas sim, capitais. A forma como a narrativa histórica é feita sobre esses

estados nos faz pensar que eram impérios com a dimensão do império construído no Vale do Nilo. Devemos entender que a Núbia é uma região ao sul do Egito, ou seja, assim como temos as regiões nordeste, sudeste e sul – para citar algumas – demarcando o espaço territorial do Brasil, a Núbia se compunha como uma região ao sul do Egito. Essa informação é importante para entendermos o espaço ocupado por essas capitais dentro da relação do império kemético com outras organizações contemporâneas (SHINE, 1974).



Figura 8. Pirâmide em homenagem ao rei Quéops na IV dinastia e suas características negras. Disponível em: <https://bit.ly/3kXvPgp>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Da mesma forma que a Núbia, Kush nunca foi um reino ou império, mas sim uma região situada ao sudoeste da região da Núbia e que, em alguns momentos, se congregou como uma confederação de estados. A disputa por recursos naturais na região do Vale do Nilo contrapôs, historicamente, as populações situadas na região da Núbia ao sul e as populações situadas no Vale do Nilo, onde os recursos naturais são fartos e disponíveis. À medida que os núbios avançavam em direção às terras férteis do Vale do Nilo, os egípcios os rechaçavam forçando seu deslocamento para o sul. Os egípcios empurravam os núbios cada vez mais para sul, estabeleciam limites fronteiriços para os mesmos. É nesse contexto que Kerma, a partir da IV dinastia, foi estabelecida como a capital mais antiga da região da Núbia, pois a própria

ficou estabelecida como o limite sul entre os egípcios e os núbios (SHINE, 1974).

Durante o médio império, outra investida dos núbios em direção ao fértil Vale do Nilo foi violentamente rechaçada pelos egípcios, de forma que os Núbios foram deslocados para além da antiga capital Kerma. O limite fronteiro entre os dois povos, foi reelaborado novamente com a fundação de outra capital: Napata, mais ao sul. À medida que os núbios tentam dominar as terras férteis do Vale do Nilo, os egípcios, a partir de refinadas estratégias militares, impeliram os núbios cada vez mais ao sul, ampliando as fronteiras ao sul do império. Durante a vigésima terceira dinastia, o exército núbio, por pouco não dominou o Vale do Nilo, sendo impulsionado para região mais distante do que as duas capitais anteriores – Kerma e Napata – fundando-se a terceira capital, Méroe, durante o século VII a.C. Portanto, a capital Méroe, fundada na região da Núbia – ao sul do Egito, representou o período de esplendor e domínio da região sul sobre o Vale do Nilo (SHINE, 1974).



Figura 9. Méroe foi a principal capital da região da Núbia, ao sul do Egito. Ruínas de pirâmides, templos e outras construções ainda podem ser vistas onde hoje fica o Sudão. Disponível em: <https://bit.ly/3kQzkFD>. Acesso em: 02 mar. 2022.

Por volta do século VII a.C – mais de dois mil anos depois – a região da Núbia, estabelece domínio sobre a região do Egito com o estabelecimento da XXV dinastia, ou, período núbio no poder político egípcio. Esse período começou com a invasão dos núbios à região do Alto Egito (sul). A reunificação do Egito sob o controle político da XXV dinastia criou o maior império político desde o período do Novo Império (1500 a.C – 501 a.C). Eles reelaboraram suas tradições religiosas, templos, formas artísticas a partir da civilização egípcia. É desse período a construção do complexo de pirâmides – semelhantes às pirâmides egípcias – que compõem a paisagem do atual Sudão (SHINE, 1974).

Os núbios conquistaram o poder do Egito liderados pelo rei *Pye*, que se autoproclamou senhor do Egito. Após a morte de *Pye*, o poder foi assumido pelo rei *Xabaca*. *Xabaca* foi um dos reis que estabeleceram a XXV dinastia em Mênfis, reintroduzindo as tradições e as culturas do Vale do Nilo. Ordenou a construção de diversos templos e monumentos durante seu governo. Depois desses dois reis, o rei *Tanutamon* chegou ao poder. *Tanutamon*, filho do conquistador *Pye*, foi o terceiro rei na linhagem Núbica na XXV dinastia que dominou o Egito. Irmão do antecessor *Xabaca*, assumiu o poder em 690 a.C. Ao contrário dos reis antecessores, o seu governo foi um desastre, permitindo o enfraquecimento político do reino, a invasão de diversos povos – assírios, babilônios, fenícios – e, conseqüentemente, o declínio da 25ª dinastia. Desse modo, a fragilidade política do governo de *Tanutamon*, bem como, a ascensão, silenciosa, do estado de Axum (atual Etiópia) foram alguns dos fatores que contribuíram para o declínio da capital Méroe e do domínio núbio sobre o Egito (SHINE, 1974).

No momento que o domínio dos núbios começa a se fragilizar sobre o Vale do Nilo, o estado de Axum amplia seu poder para essa região. É importante perceber que estamos falando do Egito da região da Núbia e do surgimento do estado de Axum como estados antigos contemporâneos e não como estados que se sucedem linear e isoladamente. O surgimento do estado de Axum data do século V a.C, depois que os axumitas tomaram o poder dos núbios. Com uma política militar e expansionista,

Axum conquistou territórios da Península Arábica, a Etiópia do Norte e parte da antiga Pérsia, tornando-se um dos mais poderosos impérios da África no período que corresponde à passagem da Idade Antiga para a Idade Média (SHINE, 1974)

Um dos acontecimentos que não podem deixar de ser citados, referente a história de Axum, diz respeito à conversão do reino de Axum ao cristianismo no século IV da era comum, durante o reinado do rei Ezana, por um monge cristão de nome Frumêncio. Desde o fim do domínio núbio sobre o Egito, a região nordeste da África passou a ser assediada pelo cristianismo, sendo que, após a conversão do estado axumita ao cristianismo, parte das populações dessa região foram convertidas, tornando Axum um império, eminentemente, cristão. A construção do complexo de igrejas, esculpidas em rochas sob o solo, é outro aspecto que não pode deixar de ser mencionado sobre a história de Axum.

Essas construções, hoje, são consideradas patrimônio histórico da humanidade, sendo parte da tradição da Igreja Ortodoxa Etíope. Além do complexo de igrejas, várias outras construções são notáveis, a exemplo de obeliscos, torres de pedra, tumbas e outros templos da época anterior ao cristianismo. Dessa maneira, o estado axumita permaneceu forte e imponente até o século XI d.C., época em que o islamismo havia se expandido da Península Arábica para o norte da África e conquistado os territórios que os axumitas dominavam (FERNANDES, 2022).

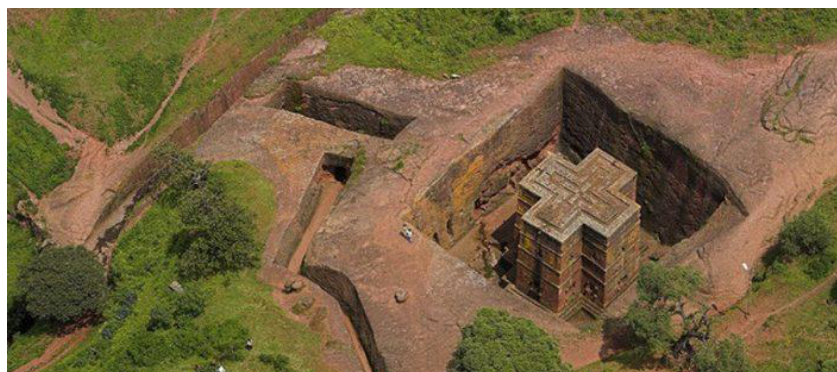


Figura 10. Vista aérea de uma das 11 igrejas escavadas na rocha no complexo de Lalibela (Etiópia). Fonte: <https://bit.ly/3F9wKRl>. Acesso em: 02 mar. 2022.

O reino de Axum continuou imponente até o século XI d.C., época em que perdeu poder para a religião islâmica, que havia se expandido na Península Arábica e conquistado boa parte do antigo território dos axumitas. Existem milhares de outros aspectos que deveriam ser abordados aqui sobre a construção dos estados antigos africanos. Poderíamos nos deter sobre as transformações climáticas que provocaram o ressecamento do Saara e a migração de suas populações para as regiões próximas ao rio Nilo, o que teria contribuído, posteriormente, para unificação dos povos do Vale do Nilo; poderíamos abordar acerca dos legados das civilizações do Vale do Nilo, da região da Núbia e da região de Kush e suas contribuições políticas, econômicas, sociais, científicas e filosóficas para humanidade, mas por questão de espaço não será possível, porém, o que deve ficar registrado, após nossa breve trajetória, é que: os estados antigos da África não foram entidades uniformes e monolíticas, ao contrário, esses estados, além de contemporâneos, inter-relacionam-se a partir de suas dinâmicas, códigos, ambientes e filosofias, imprimindo suas identidades no interior de uma amálgama de culturas e povos. Assim, a diversidade de povos e culturas é uma das características que serve de requisito para a compreensão dos estados modernos na África (M'BOKOLO, 2009).



Curiosidade

Bob Marley foi o primeiro músico negro a fazer sucesso internacional. Marley era adepto da religião rastafari, uma religião fundamentada no cristianismo que foi introduzido na Etiópia a partir do século IV da era comum.

Figura 11. Robert Nesta Marley – Bob Marley. Disponível em: <https://bit.ly/3F7ucUj>. Acesso em: 17 jul. 2022.

2.8 ESTADOS AFRICANOS MODERNOS: ÁFRICA ANTES DA CHEGADA DOS EUROPEUS

Anteriormente elaboramos um panorama introdutório sobre a diversidade de organizações políticas, sociais, econômicas e culturais, fazendo referência aos estados africanos modernos. Neste momento procuraremos apresentar uma visão mais ampla sobre esses estados. Logo, os estados de Gana e Mali serão o nosso ponto de partida.

Antes da chegada dos europeus no século XV, África ocidental no estado de Gana (201-1076), também conhecida como Wagadu, já existia. O império do Mali surgiu, exatamente, onde havia surgido o império de Gana, séculos antes. O responsável pela criação e unificação do império do Mali foi Sundiata Keita, que conquistou não só o controle das minas de ouro que movimentavam o comércio transaariano, como também a governança territorial da região, além de expandir o território, as riquezas e a cultura **Mandinga**. Da mesma forma que o antigo estado do Gana, o Mali tinha na descentralização uma característica e prática política que era diferente do centralismo Romano. Fala-se que os estados africanos da “África moderna” como “estados feudais”! Esse é um grave equívoco, visto que, o uso desse termo deriva da aplicação de critérios próprios à Europa. Como podemos falar de um sistema feudal na África, onde não havia feudos? Dessa maneira, não podemos falar da existência de “feudos” na África, pois no continente não havia o princípio de propriedade individual, sendo a terra um bem comunitário (NASCIMENTO, 2007).

Mansa Musa foi o mais famoso imperador do Mali e ascendeu ao poder por volta de 1307. Converteu-se ao islamismo, embora parte de seu povo cultuasse deuses tradicionais. Sua grande peregrinação (Hajj), viagem religiosa realizada em 1324 à cidade sagrada de Meca, tornou o Mali conhecido em diversas outras regiões. Uma das narrativas históricas conta que Musa levou 60 mil seguidores

e escravizados ricamente vestidos e que cada um dos oitenta camelos de sua caravana carregava 135 quilos de ouro. Musa anexou as cidades comerciais de Tombuctu e Gao ao seu império e, logo depois, ordenou a construção de edifícios nessas cidades. Algumas dessas construções eram lugares de culto muçulmano como a Mesquita de *Tombuctu*, considerada o lugar de altos estudos muçulmanos – Universidade de Sankorê. Musa apoiou artistas e eruditos, tornando o Mali um dos centros de cultura mais expressivos da África, antes da chegada dos europeus (NIANE, 2010)

Podemos situar o declínio do império do Mali no século XV, quando cidades, antes vassalas do poder político do Mali, se rebelaram contra seus governantes, bem como outras cidades do seu império foram atacadas por povos vizinhos como os songais que, diante do declínio do poder político malinké, ampliaram seu espaço político. Logo, seu nome permanece, hoje, no país chamado Mali, que resultou em três impérios: o de Gana, o do Mali e o Songai (NIANE, 2010).

A-Z

Mandinga

Também conhecida como cultura Malinké, mandê e/ou mandinga, é o nome étnico que inclui uma extensa família de povos e culturas da África ocidental falantes de línguas aparentadas e pertencentes ao grande grupo linguístico.

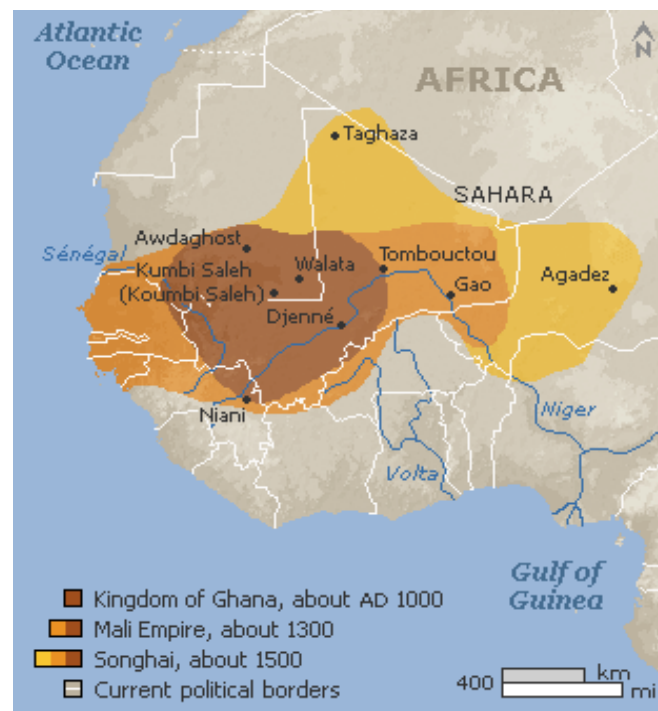


Figura 12. Localização do império do Mali no século XIV. Disponível em: <https://bit.ly/3L6rmCM>. Acesso em: 02 mar. 2022.

Quando o império do Mali atingiu o ápice de seu declínio, no século VII, já existia uma entidade política na beira do rio Níger, conhecida como Songai. Ela fez parte do império de Mali, mas em 1335 o povo Songai se tornou independente do poder político do Mali, iniciando a conquista da região com um exército e uma cavalaria bem preparados. A riqueza de Songai vinha do comércio transaariano de sal e de ouro, o qual passava pelas metrópoles de Gao, Jenné e Timbukitu. O maghan (imperador) e unificador do império Suni Ali (1462-1492) derrotou os exércitos dos **mossi** ao sul e os tuaregues ao norte. O sucessor Muhammad I, Askia (rei), expandiu o império até as fronteiras do Kanem-Bornu e dos estados Haussa (NIANE, 2010).

A capital do Songai se localizava em Gao e controlava o comércio na África ocidental durante os séculos XV e XVI. A maioria do povo cultivava agricultura e criavam rebanhos de animais – cavalo, gado, caprinos, ovinos etc – para viver, porém, muitos outros povos songais viviam em cidades. O império Songai prosperou até o final do século XVI, período que os exércitos do Marrocos – reino da costa noroeste – avançaram sobre o Saara. Em 1591 os marroquinos capturaram as cidades dos songais. O povo continuou a lutar contra os marroquinos, mas não conseguiu restaurar o império territorial do Songai, colocando fim a um período de longa duração de organizações políticas na África ocidental da era comum (NASCIMENTO, 2007).

Durante a nossa experiência formativa na escola, aprendemos a pensar o continente africano como um país e suas culturas como entidades monolíticas e homogêneas. Esses conhecimentos nos dão a impressão de que as culturas africanas vivem em eterno “colapso”. Esperamos que os conteúdos apresentados neste capítulo tenham servido para fragilizar essa ideia e ampliar os olhares e as possibilidades de compreensão para as culturas do continente. No próximo capítulo, falaremos um pouco do declínio dos estados africanos modernos, a invasão dos europeus e o estabelecimento da escravidão atlântica colonial, bem como do processo de colonização no século XIX e sua descolonização. E através deste ensinamento é pensada África como um estado em colapso.



Para exercitar o aprendizado

Neste capítulo você teve oportunidade de ampliar seu conhecimento sobre diferentes aspectos sobre a história africana. Nossa proposta é que você desenvolva uma forma de transmitir o que aprendeu. Deixamos aqui algumas sugestões:

Elabore uma pesquisa sobre a existência de impérios na África antes da chegada dos europeus destacando os nomes, onde estavam localizados e sua estrutura social.

Como você transmitiria o conhecimento que adquiriu até aqui para uma criança de 10 anos? Aceita o desafio? O que acha de criar uma história ilustrada?



Expectativa de aprendizagem

espera-se que ao realizar o exercício proposto, você possa tanto solidificar o conhecimento aprendido quanto incentivar que esse conhecimento seja repassado às próximas gerações. Busca-se também que a criatividade seja estimulada, bem como a capacidade de narrar a história de África destacando aspectos históricos que contribuem para a reconstrução do imaginário social brasileiro sobre África.

A-Z

Mossi

Família linguística predominante em Burkina Faso.



CAPÍTULO 3

ÁFRICA NO SÉCULO XIX



Ilustração inspirada
na fotografia de
Anthony Asael

ÁFRICA NO SÉCULO XIX

INTRODUÇÃO

Após abordarmos a diversidade presente no continente africano nos seus aspectos linguísticos, culturais, étnico, bem como de suas organizações sociais, chegamos ao capítulo 3.

Neste capítulo iremos abordar as diversas transformações – políticas, sociais, econômicas, culturais, científicas, a Conferência de Berlim e a partilha (colonização) da África em 1885 e seu processo de descolonização, bem como suas consequências na contemporaneidade. Antes de começarmos nossa caminhada pelo século XIX, é importante entendermos a relação entre o fim dos estados da África ocidental e a invasão da África (escravidão atlântica) pelos europeus no século XV.

3.1 O FIM DOS ESTADOS DA ÁFRICA DO OESTE E A INVASÃO DA ÁFRICA NO SÉCULO XV PELOS EUROPEUS

No capítulo anterior, comentamos que a África não é um país ou muito menos uma entidade uniforme e homogênea. A história da África é uma história de longa duração e que, de acordo com as orientações sugeridas por **Ki-Zerbo** (2010), deve ser compreendida através de períodos. Como forma de situarmo-nos no tempo,

adotamos a cronologia sugerida por Moore (2010) para saber que a fundação dos estados da África ocidental está situada entre o século II – fundação do estado de Gana – e o século XV – declínio do estado do Songai. Portanto, o momento de declínio dos estados da África do oeste no século XV, coincide com os primeiros assédios dos europeus na costa atlântica da África (MOORE, 2010).



Joseph Ki-Zerbo foi um historiador e político anticolonialista nascido no antigo Alto Volta (atual Burkina Faso). Foi educado na Universidade de Sorbonne, em Paris, graduando-se com um grau de honra em História pelo Institut d'Études Politiques em Paris no ano de 1955. Juntamente com Cheikh Anta Diop (Senegal) e Théophile Obenga (Congo) fizeram parte da geração de historiadores e filósofos que, na década de 1950, passaram a contribuir com a narrativa sobre a história da África de forma endógena, ou seja, falando de dentro, pois, parte significativa da narrativa sobre a história da África está apoiada sobre fontes externas.

Figura 13. Joseph Ki-Zerbo. Fonte: <https://tinyurl.com/3wzmzyn2>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Entre os séculos II e o século XV pudemos acompanhar a aparição, a evolução e o declínio dos impérios de Gana, Mali e Songai, respectivamente. Esses impérios, em seus respectivos contextos

e tempos, apresentaram, historicamente, como as três maiores e mais antigas organizações sociais da costa ocidental da África. A partir do funcionamento desses estados, pudemos desconstruir as ideias de uniformidade, no momento que percebemos a diversidade de povos, culturas e práticas, suas interações e ressignificações, bem como a diversidade de relações estabelecidas pela economia a partir de uma multiplicidade de rotas de comércio transaarianas no contexto cronológico mencionado (KI-ZERBO, 2006). Logo, fica atestada a efervescência cultural presente nesses estados, ao contrário da ideia de “colapso”, apresentada pela narrativa convencional.

Exatamente durante a transição do declínio do império do Mali para a constituição e o declínio do império Songai que os europeus, representado pelos portugueses, irão realizar as primeiras investidas na costa atlântica da África. Qual a relação do momento de declínio vivido pelos estados da África ocidental – Mali e Songai – com a invasão europeia à África? Há um debate dentro dos estudos africanos que diz respeito à “resistência” dos africanos em relação a invasão europeia. Discute-se o por que os europeus tiveram um “acesso fácil” as culturas da África no século XV. Diante das investidas da Europa, diversas formas de resistências foram elaboradas, porém, o que não se fala nos livros é que, quando os europeus chegaram ao continente africano, parte significativa desses estados se desestruturaram sob divergências políticas intestinas, o que facilitou a acesso europeu ao continente e permitiu os mesmos de utilizarem-se dos desacordos políticos entre os diversos grupos culturais para estabelecerem sua influência em variadas regiões (KI-ZERBO, 2006).

Esse contexto vai criar condições para que, no século XV, portugueses, franceses, ingleses, dinamarqueses e outros povos da Europa, se aventurassem no continente africano. O estabelecimento do comércio ilegal de escravizados africanos serviu como incentivo para que investidas cada vez mais violentas se abatessem contra a África com o objetivo de satisfazer as demandas do mercado global que estava a surgir naquele momento. Muitos estados africanos que se encontravam em conflito antes da invasão europeia tinham o hábito de submeter seus inimigos derro-

tados a “escravidão de guerra”, ou seja, a escravidão a qual todo o grupo cultural na antiguidade – não só os africanos – estavam submetidos. Porém, uma informação que nos é, historicamente, sonogada, é o fato de que no continente africano a escravização de seres humanos tem uma conotação absolutamente diversa da “coisificação” presente na conotação ocidental.

Não estamos querendo dizer com isso que a escravização de seres humanos na África foi melhor ou pior do que qualquer outro processo de escravização, em qualquer lugar que seja, mas pontuar as aproximações, distanciamentos e diferenças entre esses processos. Por exemplo, em determinados conflitos no continente africano quando se fala em guerra, este conflito – em algumas regiões – tem pré-estabelecidos o número de pessoas que podem morrer. Se o número estabelecido for de 12 pessoas, ao ser atingido esse número, a guerra tem fim; no caso de um grupo ser derrotado, não significa que os escravizados vão se tornar um “objeto”, mas a esses indivíduos, depois de certo período, será permitido não só o retorno para seu grupo cultural, bem como a assimilação ao grupo vencedor, a partir de casamento. Logo, esse tipo de relação presente no interior das relações de escravização, particulares ao continente africano, que marcam a diferença da escravidão na África, em relação a outros processos e períodos (M'BOKOLO, 2009).

Essa informação é importante para sabermos que, quando os portugueses chegaram na África, eles mudaram a lógica da escravidão na África, que era uma relação “punitiva”, ou seja, o indivíduo caía na condição de escravizado, após transgredir as normas e costumes do grupo cultural. Diferente da lógica da escravização ocidental, que pressupunha que grupos e culturas já “nasciam pré-dispostos” a serem escravizados. Ao desembarcarem na África, os europeus transformaram uma lógica que era “interna” – acontecia entre os vencidos – para a condição de internacionalização do comércio de seres humanos. Isso contribuiu para que muitos escravizados submetidos nas guerras internas na África fossem entregues ao comércio de escravizados que os europeus estavam fortalecendo na África.

A relação do declínio dos estados da África ocidental com a invasão dos europeus na África se dá quando os europeus passam a ter acesso aos escravizados das guerras internas na África, inserindo-nos comércio de escravizados africanos estabelecido por eles. Esse é um dos fatores que irão contribuir para o fortalecimento da escravidão atlântica no século XV. Logo, depois de vista a relação do declínio dos estados africanos ocidentais com a invasão europeia na África, vamos entender como foi a chegada dos africanos aqui nas Américas (M'BOKOLO, 2009).



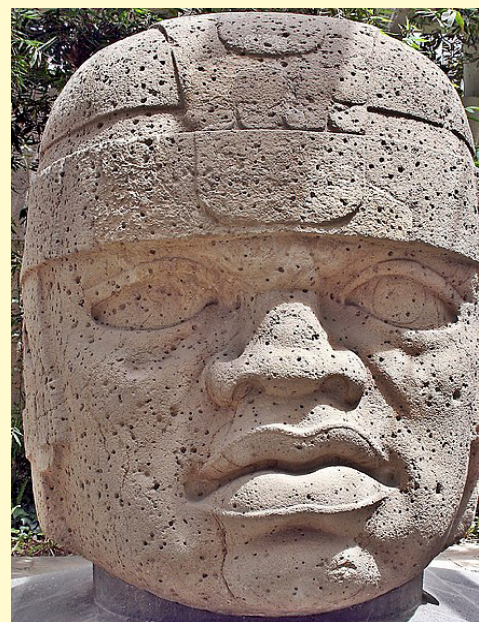
VOCÊ SABIA?

...que a escravidão atlântica estabelecida na África no século XV foi diferente da escravidão estabelecida no mesmo continente no século XIX. Enquanto no século XV os europeus só tiveram acesso ao interior do continente, apenas por um local – o reino do Congo – por meio de intermediários, no século XIX, os europeus tiveram acesso a totalidade do interior do continente onde estabeleceram colônias de povoamento e passaram a retirar do solo africanos recursos e combustíveis geoestratégicos para o sustento das demandas do capitalismo ocidental.

3.2 A CHEGADA DOS AFRICANOS NAS AMÉRICAS

Podemos situar a presença africana nas Américas em dois períodos. O primeiro, diz respeito a civilização responsável pelas cabeças esculpidas no México. O segundo contato se restringe ao período do príncipe Abu Bakari II, um dos imperadores do Mali. Em 1311, Abu Bakari embarcou pelos “rios dentro do mar”, como os africanos se referiam às correntezas que levam diretamente ao continente americano, e nunca mais foi visto. Segundo o *Popul Vuh*, livro que registra a tradição oral maia, no México, foi exatamente nesse período que apareceu um “príncipe trajando branco vindo de onde nasce o sol”. O mito maia de Quetzalcoatl, a ser-

pena emplumada e os costumes, ritos, símbolos e vocábulos a ele associados formam um conjunto cultural de coincidência com a africana demasiadamente ampla e perfeita, nos mínimos detalhes, para se atribuir à sorte. Antes da chegada dos europeus, já haviam diversos registros sobre a existência de povos negros que viviam nas florestas e contribuíam com o comércio, às vezes conturbado, com os indígenas (NASCIMENTO, 2007).



Presença africana no México

São enormes representações de cabeças humanas esculpidas em monumentais pedras de basalto. Estas esculturas são datadas por volta de 900 a.C. Essa cultura se desenvolveu nas regiões tropicais do centro e sul do México. As primeiras investigações arqueológicas sobre a cultura olmeca que localizaram as cabeças colossais foram comandadas pelo arqueólogo Matthew Stirling na região de Tres Zapotes em 1938, que no século XIX havia encontrado uma das 17 cabeças documentadas até a atualidade. Para conhecer mais acesse: <https://bit.ly/41SRW7w>.

Figura 14. Cabeza olmeca n.1, também conhecida como *El rey*. Encontrada em San Lorenzo Tenochtitlán, sítio arqueológico localizado em Texistepec, Veracruz, México. Data de 1200 a 900 anos a.C. Fonte: <https://bit.ly/3HekBwa> Acesso em: 22 ago. 2022.

A chegada dos europeus na América num segundo momento, além da dizimação das populações indígenas, provocou a transformação instantânea dos africanos escravizados em bens de capital para a exportação do novo mundo. Além dos portugueses, ingleses, franceses e holandeses se juntaram numa caça insaciável ao ouro e aos escravizados africanos do século XV ao século XIX. Os africanos que eram obrigados a embarcar na viagem transatlântica eram examinados para comprovar sua “boa” qualidade de saúde e sua compatibilidade com o preço. Somen-

te jovens saudáveis, homens ou mulheres tinham seus preços valorizados. As mulheres seriam, posteriormente, usadas como reprodutoras e os homens jovens, em sua fase reprodutiva, seguiram num êxodo forçado, contribuindo para a revolução agrária e o desenvolvimento industrial do Novo Mundo. A violência do processo escravagista, estabelecida pelos europeus entre os séculos XV e XIX, fez com que várias culturas, antes complementares na África, entrassem em guerra contra outras culturas, de forma que valores elaborados historicamente foram destruídos e perdidos. Segundo as estimativas:

(...) mais de cem milhões foram escravizados e transportados às Américas e ao Caribe – para não falar dos que fenece-ram na viagem transatlântica e foram lançados ao mar para alimentar tubarões. Muitos morriam de epidemia ou abandono ao tempo inclemente. Outros pereciam nas guerras escravistas no continente africano (HAMENOO, 2008, p.118).

A partir dessa violência, milhares de culturas africanas – congo-Angola, Yorubá Ewé-fon, Ijexá – foram trazidas para o Brasil e organizadas em nações e contribuíram de forma significativa para a elaboração do patrimônio cultural do Brasil. A região do norte brasileiro – onde estavam concentrados os engenhos e a produção do açúcar – recebeu o maior número de escravizados africanos a partir de sucessivos ciclos migratórios.

Em 1850, o tráfico de africanos escravizados foi abolido não apenas porque houve uma transformação na consciência das pessoas, mas sim, em função da revolução industrial e o progresso técnico que a acompanhou, visto que, havia o objetivo de pôr fim ao trabalho degradante no interior das fábricas inglesas, bem como a violência aplicada ao trabalho dos escravizados, tornou o trabalho escravo pouco lucrativo, degradante e dispensável. Portanto, é nesse contexto da abolição do comércio de escravizados africanos que serão lançadas as bases para a partilha da África e a colonização africana no século XIX (HAMENOO, 2008).



NÃO PODEMOS ESQUECER

...que a resistência a escravização dos africanos foi um fenômeno que ocorreu em toda a América, sendo os “quilombos” a principal estratégia. Os quilombos existiam em toda a América e eram chamados pelos espanhóis de *cimarrones*, *palenques* e *cumbes*. Os quilombos representaram uma luta sem tréguas, que atravessou a África durante todo o período colonial-escravista. Seu principal símbolo de resistência foi a rainha N’Zinga, soberana do reino de Ndongo e Matamba, que enfrentou o poderio militar dos portugueses e dos holandeses ao mesmo tempo que, no Brasil, a República de Palmares resistiu aos portugueses e holandeses. Palmares foi uma comunidade constituída por vários quilombos unidos que fincou pé contra a agressão colonial desde 1565 até 1695. Sua estratégia militar possuiu uma eficácia, de tal forma, que era tão eficaz que os europeus foram obrigados a firmar um acordo de paz.

Figura 15. Rainha Nzinga Mbande. Fonte: <https://bit.ly/3Ls-dimX>. Acesso em: 23 ago. 2022.

3.3 O SÉCULO XIX, A CONFERÊNCIA DE BERLIM (1884-85) E A PARTILHA DA ÁFRICA

O século XIX pode ser considerado o século das transformações. No plano político, assistimos a mudança dos governos absolutistas monárquicos pelas democracias representativas, os presidentes e/ou primeiros-ministros foram eleitos pelo povo para representá-los; no plano econômico, assistimos às consequências e desdobramentos da revolução industrial iniciada na Inglaterra entre 1760 e 1780. O aprimoramento tecnológico e o desenvolvimento de novas máquinas facilitaram a vida dos seres humanos desde o seu aparecimento a 7 milhões anos.



Figura 16. Sahelanthropus tchadensis Toumai. Fonte: <https://bit.ly/44708Tx>. Acesso em: 23 ago. 2022.

CURIOSIDADE

Em julho de 2002, uma equipe de paleontólogos liderada pelo paleontólogo francês, Michel Brunet, da Universidade de Poitiers (França), desenterrou no deserto de Djurab (Chade) o crânio completo da espécie por ele nomeada *Sahelanthropus Tchadensis*, também conhecida como “homo de Tumbai” que, no *garam*, um dos idiomas locais do Chade, significa “esperança de vida”. Até o momento, esse fóssil representa o mais antigo ancestral humano descoberto no planeta. Antes da descoberta do *Sahelanthropus*, em 2002, a hipótese sustentada pelos pesquisadores era a de que o ancestral humano mais antigo teria sido o *Orrorin Tugenensis* de 6 milhões de anos, localizado no Quênia em 2000. Os achados do Chade recuam em 1 milhão de anos a ancestralidade humana e consolidam o continente africano como o local de origem e evolução da humanidade.

O desenvolvimento da tecnologia, iniciada pela revolução industrial, exigiu uma quantidade de matérias-primas e combustíveis

cada vez maior para manter as indústrias nos centros metropolitanos em funcionamento (HOBSBAWM, 1988).

É nessa conjuntura que a África – que concentra parte das matérias-primas e combustíveis estratégicos para o funcionamento do capitalismo ocidental – passa a ocupar espaço central para a colonização. Essa ideia será abordada um pouco mais a frente. Retornando às mudanças ocorridas no século XIX, – além das já mencionadas mudanças econômicas – no plano social, podemos acompanhar as populações da Europa desfrutando da consolidação do capitalismo de Adam Smith; no plano das ciências, podemos acompanhar a elaboração da **doutrina de raça** com o objetivo de justificar a hegemonia europeia em todos os outros aspectos que compõem a vida social (HOBSBAWM, 1988). A partir da elaboração das doutrinas de raça, os europeus irão justificar a colonização com o argumento de “civilizar povos inferiores” (GOULD, 1999). Portanto, é nessa conjuntura da expansão industrial da Europa e da busca desenfreada por matérias-primas e combustíveis que a África passa a ocupar um lugar central para a colonização (HOBSBAWM, 1988).

A Conferência de Berlim (Alemanha), realizada entre 15 de novembro de 1884 e 29 de fevereiro de 1885, foi uma estratégia do chanceler alemão Otto Von Bismarck para desviar a atenção das principais economias da Europa – Inglaterra e França –, enquanto a recém unificada Alemanha (1875) fortalecia seu parque industrial internamente. O objetivo alemão era que todos os países da Europa voltassem para a partilha de terras no continente africano, enquanto os alemães fortaleciam a indústria para dominar, economicamente, o continente em um momento posterior à partilha. Essa foi a ideia inicial da política externa alemã e o argumento para reunir os diplomatas europeus na Alemanha (BRUNSCHWIG, 1974). Portanto, a Conferência de Berlim foi uma disputa conduzida pelas nações colonizadoras que dividiu, violentamente, o continente africano em sua totalidade, com exceção da Libéria e da Etiópia (MOORE, 2010).

A-Z

Doutrina de raça

Refere-se ao âmbito biológico; referindo-se a seres humanos, é um termo que foi utilizado historicamente para identificar hierarquias socialmente definidas. As diferenças mais comuns referem-se à cor de pele, tipo de cabelo, conformação facial e cranial, ancestralidade e genética. *Raça* aqui é entendida como conceito sócio-político, e não biológico, pois, partimos do pressuposto – amparado em dados científicos – que o conceito “raça”, biologicamente, não se sustenta. Sobre a invalidação biológica do conceito “raça”.



Você sabia?

Adam Smith foi um filósofo e economista britânico nascido na Escócia. É o pai da economia moderna e é considerado o mais importante teórico do liberalismo econômico.

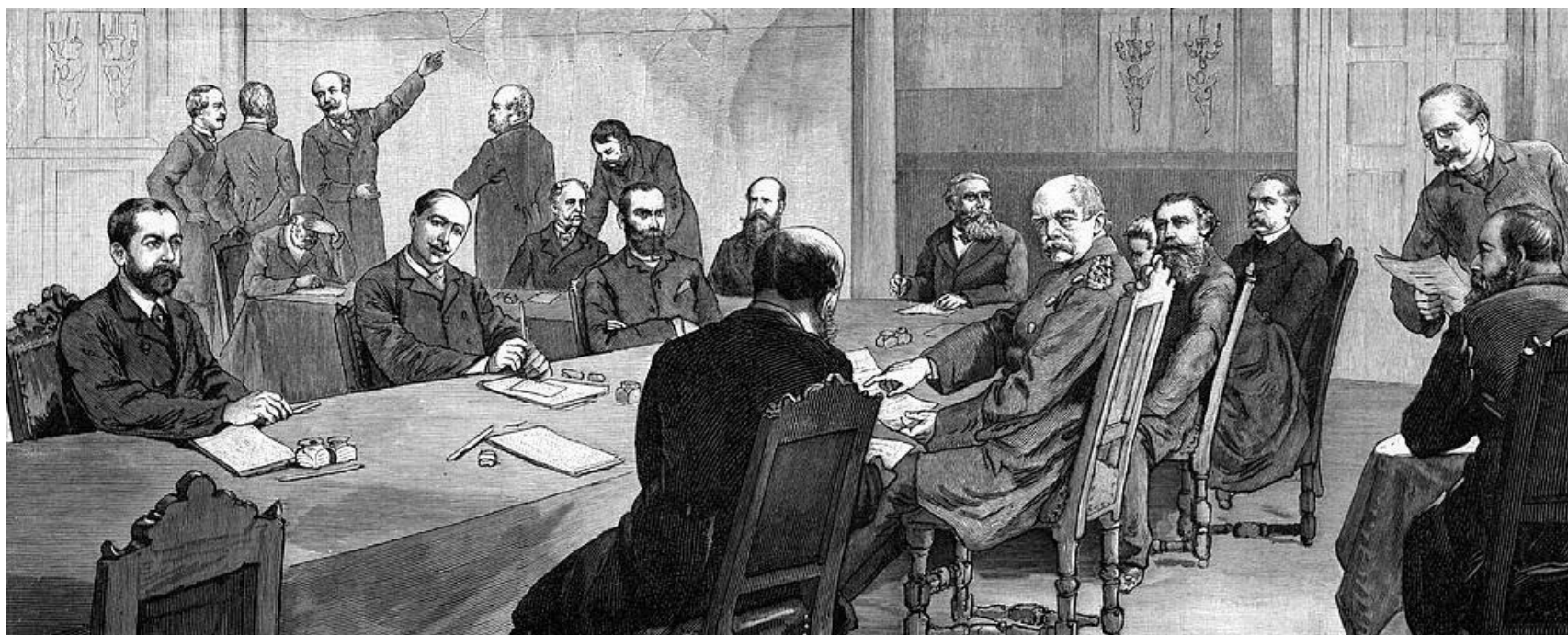


Figura 17. Um dos registros da época sobre as reuniões na Conferência de Berlim (1884-1885). Fonte: <https://bit.ly/3V6fbZA>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Entre 1860 e 1900, a totalidade dos países africanos – exceto a Libéria e a Etiópia – foi colonizada, de forma que os colonizadores destruíram praticamente todas as estruturas básicas da administração endógena e substituindo-as pelas estruturas administrativas da Europa. Com a introdução dos valores ocidentais a partir da colonização europeia do século XIX, a África deixou de ser o que tinha sido e uma variedade de povos e culturas perderam a confiança em suas próprias estruturas autóctones.

A colonização não foi realizada sob a passividade de povos e culturas do continente. Houveram diversos tipos de resistência, em regiões distintas e em momentos diferentes. Homens e mulheres colaboraram, mutuamente, nas diversas estratégias de resistência, liderando ofensivas militares em todo continente. Entre as mulheres, podemos citar: Madame Tinubu da Nigéria; Nandi, mãe de Chaka, o guerreiro Zulu; Kai Phire, do povo Herero da Namíbia; e o exército feminino que seguiu o rei do Daomé, Behanzin Bowelle (NASCIMENTO, 2007).



Mercadora nigeriana, mulher de negócios com enorme influência política no século XIX nas cidades de Lagos e Abeokutá, no sudoeste da Nigéria. Pertencia ao grupo étnico Egba, do atual Estado de Ogun, na área cultural yorubá. Controlava o comércio de óleo de palma, miçangas de vidro, álcool, tabaco e armas de fogo, investindo também na plantação de algodão e no processamento de tecidos de algodão de Ibadan para o comércio no exterior. Por seu prestígio e notável influência ela é lembrada em monumentos e nomes de ruas e locais públicos de Abeokutá, e celebrada como uma das mais celebradas mulheres Egba e a mais distinta personalidade do século XIX na Nigéria. Fonte: <https://bit.ly/3LaEdSM>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Figura 18. Efunroye Tinubu. Fonte: <https://bit.ly/3V3gOaE>. Acesso em: 23 ago. 2022.



Figura 19. Nandi por Evelyn McCrea (1930). Disponível em: <https://bit.ly/3L2bGyO>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Importante referência na história do povo zulu ela, teria nascido entre o povo Elangeni, na área cultural dos povos zulus, e do relacionamento com o chefe Sensanghakhona (1757-1815) deu à luz ao guerreiro Chaka, unificador do seu povo. Teve importante papel como chefe militar. Fonte: <https://bit.ly/3V9egYg>. Acesso em: 23 ago. 2022.

Nas áreas colonizadas pela Inglaterra, os **Asante** resistiram aos ingleses no interior da Costa do Ouro – atual Gana – sendo que onze guerras foram travadas em um período de cem anos. Os asante ganharam todas, exceto a última. Os **Fanti**, por outro lado, redigiam petições e documentos. A constituição Fanti, redigida em conferências realizadas entre 1865 e 1871, já apresentava o ineditismo do que, posteriormente, viria a ser a petição da futura independência do Gana. Os ingleses exilaram o rei asante Nana Prempeh em 1896, e assim provocaram duas campanhas

de resistência: uma política, levada à Europa por Joseph Ephraim Casely Hayford, e outra que a rainha Yaa Asantewaa conduzia a guerra de resistência na terra natal.

Logo, fica registrado que, assim como demonstrado na Costa do Ouro entre os Fanti-Asante, outras formas de resistência ocorreram em outros contextos, ou seja, as resistências contra a colonização na África não foram uniformes, nem homogêneas (NASCIMENTO, 2007).



Figura 20. África dividida depois da Conferência de Berlim a as áreas de influências das respectivas potências. Fonte: <https://bit.ly/3Lu8rBx>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Não fazemos ideia do que representou a colonização para os diversos povos e culturas da África. A repressão e o genocídio que seguiram a colonização se traduzem na redução demográfica da população no continente. A colonização da África no século XIX foi tão violenta quanto foram os tráficos negreiros e a escravização dos africanos nas Américas. Assim, a única forma de se ter uma dimensão da brutalidade da colonização é analisar, detidamente, a colonização do Congo pela Bélgica.

A-Z

Asante

Aportuguesamento do nome *asante*, pelo qual são conhecidos uma região na República de Gana na África ocidental e do povo que a habita.

Fanti

Povo de fala Akan localizado na região litorânea central da atual República de Gana.

CURIOSIDADE

- Joseph Ephraim Casely Hayford (29 de setembro de 1866 – 11 de agosto de 1930), conhecido como Ekra-Agyeman, foi um proeminente jornalista, editor, autor, advogado, educador e político que apoiou o nacionalismo pan-africano.
- Yaa Asantewaa – Foi a rainha mãe de Ejisu no Império Ashanti – atual Gana – nomeada por seu irmão Nana Akwasi Afrane Okpese, o Ejisu Henê, ou governador, de Ejisu.

3.4 A COLONIZAÇÃO DA BÉLGICA NO CONGO – 1884

Durante a Conferência de Berlim (1885), os governos europeus tinham o objetivo de criar e expandir suas fronteiras na África. Os franceses passaram a dominar a maior parte da África Ocidental, e os britânicos dominaram a África Oriental e Austral. Os alemães detinham Tanganyika (Tanzânia, Ruanda e Burundi), Camarões, Namíbia e Togo, enquanto os portugueses tinham Guiné Bissau, Angola e Moçambique. O rei Leopoldo II, representando a população belga, recebeu o estado do Congo como uma propriedade individual. Assim, tem-se início um dos processos de colonização mais brutais da história da humanidade (MOORE, 2010)

Os belgas deram um nome inusitado a sua colônia na África: “estado livre do Congo”. Dentro do processo da colonização iniciado com a Conferência de Berlim (1885), o Congo apresentou-se como único caso em que um país foi anexado por um país colonizador como uma propriedade pessoal. Estima-se que no período que durou a colonização do Congo pela Bélgica (1884 – 1960), portanto, setenta e seis anos, aproximadamente 25 milhões de pessoas perderam a vida em função da repressão e dos trabalhos forçados. Leopoldo II embarcou em uma campanha de exploração implacável de recursos naturais, precisamente a borracha. O látex (seiva de borracha) estava em grande demanda por conta do desenvolvimento da indústria de automóveis na Europa e a necessidade da fabricação de pneus para essa indústria, pois as florestas do Congo estavam cobertas de seringueiras. Logo, com o objetivo de obter lucro máximo a aproveitar o “boom da economia”, várias empresas belgas, britânicas, holandesas e francesas foram criadas alcançando lucros astronômicos para todos os envolvidos (MOORE, 2010).

Para atender as demandas dessa conjuntura, as populações do Congo foram obrigadas a procurar seringueiras na floresta fechada. O governo estipulou uma cota de látex diária onde aqueles que não conseguiam atingir, tinham decepados, orelhas, mãos e pés. Tal brutalidade servia como “exemplo” e terrorismo de estado

para que no dia seguinte as cotas fossem cumpridas. Ao contrário do que se imagina, não foi a guerra civil angolana que produziu o maior número de amputados da história, mas sim, a colonização do Congo. Os colonizadores usaram o terror e a violência contra a população para extrair o maior lucro possível. Por não alcançarem as cotas de produção, comunidades inteiras foram devastadas. Funcionários do governo, posteriormente, admitiriam que o corte de mãos era uma política legitimada (MOORE, 2010).

Se os números estiverem corretos, em vinte anos, um só país – o Congo, atual República Democrática do Congo – RDC – matou mais africanos do que aqueles mortos e escravizados durante os três séculos que duraram a escravidão racial nas Américas. Se as cifras da colonização do Congo estiverem corretas para os vinte anos mencionados, dá para se ter uma dimensão dos números para o resto do continente durante a colonização do século XIX. Em uma única palavra, a colonização da Europa na África significou o extermínio de povos e culturas inteiros no continente (MOORE, 2010). Dessa maneira, após compreender o processo de partilha do continente africano e a violência amalgamada a ele, algumas observações devem ser feitas sobre a colonização no continente.

3.5 OBSERVAÇÕES SOBRE A COLONIZAÇÃO DA EUROPA SOBRE A ÁFRICA NO SÉCULO XIX

A primeira observação é que, nem a colonização do século XV, nem a colonização do século XIX foram inéditas ao continente africano. A história de colonização e pilhagem no continente é uma história de longa duração, pois, desde a antiguidade, gregos, persas, sírios, assírios, babilônios, hititas, entre outros, estabeleceram colônias em territórios africanos com o objetivo de ter acesso aos recursos estratégicos que na África foram encontrados em abundância. (M'BOKOLO, 2009).

A segunda observação é que a colonização da África, no século XIX, não foi linear e homogênea, ou seja, a África não dormiu

livre um dia e acordou no outro colonizada. A colonização do século XIX foi um processo que teve início com a Conferência de Berlim em 1884 e prosseguiu, aproximadamente, até a década de 1970 sob várias técnicas e métodos de colonização diferentes, pois cada potência tinha elaborado sua própria política colonial. Enquanto a Inglaterra optou pela colonização indireta, ou seja, os britânicos usavam os súditos africanos para afirmarem seus poderes coloniais, a França optou pela colonização direta e de substituição, ou seja, os franceses substituíram os súditos africanos por franceses. A colonização da Argélia é um exemplo ilustrativo da política colonial francesa na África (M'BOKOLO, 2009)

A terceira observação diz respeito ao fato de saber que, até o fim da primeira guerra mundial, o objetivo da colonização era a consolidação e o asseguramento dos territórios coloniais, pois desde a derrota de Napoleão Bonaparte (1815) em Waterloo, a política mercantilista que tinha no “metalismo” (acúmulo de metais) o parâmetro de riqueza dos países a partir da quantidade de metais preciosos acumulados, foi substituída por uma política “territorialista”, ou seja, uma política na qual a riqueza do país também é medida pela quantidade de territórios que o país possui além de suas fronteiras originais. Portanto, a primeira fase da colonização europeia na África foi para assegurar a influência nos territórios colonizados (M'BOKOLO, 2009).

A quarta observação diz respeito à “passividade” dos africanos frente às investidas coloniais. É importante destacar que a colonização europeia na África não se deu só por violência e nem muito menos os povos e culturas africanos permaneceram “passivos” diante de tais assédios. É necessário compreender que o processo colonial alternava momentos de violência e conflito, negociações, acordos e tratados. Logo, as missões cristãs não podem deixar de ser lembradas como um dos instrumentos da colonização. (M'BOKOLO, 2009)

A quinta observação diz respeito à consolidação da colonização da Europa na África. Até a década de 1920, depois de assegurada a hegemonia nos territórios colonizados, a próxima tarefa da colonização foi a transferência das instituições da

Europa para África. É nesse contexto que vão ser inseridos na África, por exemplo, a democracia representativa em oposição e substituição às formas de organização política autóctones no continente africano. O sistema econômico da África será dolarizado e substituído pelo sistema financeiro ocidental. Escolas e Universidades completam a transferência das instituições que tentaram uniformizar as culturas africanas nas perspectivas euro-ocidentais. Portanto, compreender essas observações sobre o processo colonial na África do século XIX se apresenta como requisito para a nossa próxima abordagem: o período da descolonização e as independências nas Áfricas.

3.6 O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO E AS INDEPENDÊNCIAS NAS ÁFRICAS

O processo de descolonização da África negra operou mudanças profundas no funcionamento das estruturas econômico-administrativas da África nos últimos dias. Entre 1952 (independência do Egito) e 1975, independência de Angola, mais da metade dos países africanos se tornou independente do domínio colonial, porém, duas observações devem ser feitas sobre esse processo. A primeira é que, em hipótese alguma, devemos pensar no processo das independências como um processo uniforme. As independências devem ser compreendidas como um processo diacrônico, ou seja, a libertação do continente africano não seguiu uma ordem. A segunda observação é que, para um entendimento coerente do processo de libertação africana, o ano de 1945 será usado como ponto de partida para o entendimento da área de colonização francesa (BENOT, 1981). Logo, alguns tópicos devem ser utilizados como norteadores para compreender as independências africanas.

O primeiro tópico é sobre a importância de 1945, ou seja, por que 1945 é um ano importante para a compreensão das independências nas Áfricas? 1945 marcou o fim do conflito mais devastador do século XX. Depois – para o caso da área de colonização francesa – 1945, pontua a reorganização das colônias como forma de não perder territórios em função da radicalização dos

questionamentos à colonização. 1945 marca o ano da ratificação do princípio da “autodeterminação” dos povos, pois o direito da autodeterminação dos povos foi estabelecido em 1942, quando a segunda guerra mundial estava em andamento. O estabelecimento desse princípio em 1942 e sua ratificação em 1945 fortaleceram a autoestima, dando legitimidade a reivindicação das populações subjugadas pelo domínio neocolonial (BENOT, 1981).

O retorno dos batalhões africanos, após a vitória dos aliados em 1945, é o quarto momento que marca a importância de 1945. Fortalecidos com a ideia de que a “superioridade” do europeu era uma farsa, os soldados africanos ao retornarem aos seus países passaram a fazer as reivindicações que deram origem, posteriormente, as três tendências que nortearam a criação dos partidos políticos pan-africanos; em 5º lugar, a organização do Congresso Pan-africano de Manchester (Inglaterra) fez de 1945 o ano do início das independências. O Congresso de Manchester foi uma conferência onde foram reunidos, sob a liderança de Kwame N’krumah – futuro primeiro ministro da Costa do Ouro (atual Gana) – os quadros revolucionários com o objetivo de estabelecer diretrizes para o projeto de libertação da África (BENOT, 1981).

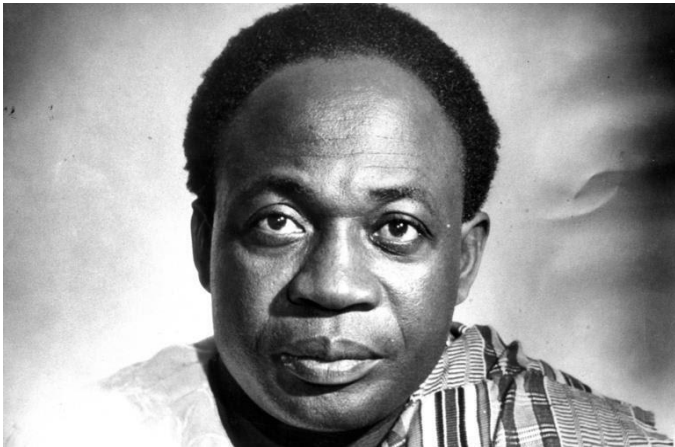


Figura 21. Kwame Nkrumah: um dos articuladores do Congresso Pan-africano de Manchester, Inglaterra (1945), responsável pela independência do primeiro país da África subsaariana (Gana) e o principal defensor Construção dos Estados Unidos da África Socialista. Disponível em: <https://bit.ly/41BF1HB>. Acesso em: 18 jul. 2022.

O retorno dos batalhões de soldados africanos após o fim da guerra pode ser considerado o pontapé inicial das independências. A segunda guerra serviu para a desconstrução da “superioridade” do europeu. Após lutar lado-a-lado com os europeus, os africanos tomaram consciência de que eram iguais e não “inferiores”. Essa tomada de consciência fez com que esses soldados, ao retornarem, passassem a fazer questionamentos e reivindicações. Um grupo de soldados passou a reivindicar a “independência” total das colônias em relação aos países europeus, sem qualquer interferência na vida de seus países de origem; outro grupo de militares, entendendo que, embora a colonização houvesse trazido muitos prejuízos e dificuldades, havia trazido a “acessibilidade” ao mundo ocidental. Esses soldados passaram a reivindicar a “autonomia”, ou seja, não pretendiam sair da área de influência da metrópole francesa, porém exigiam a autonomia de decidir sobre o destino de seus respectivos países (BENOT, 1981).

Um terceiro grupo entendia que a colonização na África não havia trazido qualquer prejuízo, apenas benefícios. Esse grupo de soldados passou a exigir a fusão (união) da África com a Europa. Portanto, é importante atentar para as três reivindicações – independência, autonomia e união – pois será em torno destas tendências que serão constituídos os partidos políticos que nortearão a libertação da África. Entre as três tendências políticas mencionadas, a tendência da “independência” passou a se sobrepôr a partir do êxito da libertação egípcia da Inglaterra sob a liderança de Gamal Abdel Nasser em 1952. Ao nos referirmos ao processo das independências, fala-se muito que a Costa do Ouro (atual Gana) foi o primeiro país a se tornar independente, o que é um equívoco! O primeiro país africano a se tornar independente foi o Egito em 1952, porém, o primeiro país da África subsaariana a se tornar independente, foi à antiga Costa do Ouro que passou a se chamar Gana sob a liderança de Kwame Nkrumah (BENOT, 1981).

As três tendências acerca das quais serão organizados os partidos políticos serão representadas por intelectuais africa-

nos revolucionários, sendo a independência representada por Kwame N'krumah; a tendência da autonomia representada pelo presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny e a tendência da fusão (união), representada por Leopold Sédar Senghor, futuro presidente do Senegal. A vitória da tendência "independentista" reconfigurou a hegemonia do poder não apenas na área de colonização francesa, mas em todo o continente africano. Em um curto período, vários países que advogavam a ideia da independência total de seus respectivos países se tornaram independentes. Gana (1957), Guiné-Conakri (1958), Mali (1960), Congo belga (1960), Ubangui-Chari, depois República Centro Africana (1960). Logo, esses países podem ser citados como exemplo do espaço que a tendência independentista ocupou no cenário na descolonização. Outros países, que não os de colonização francesa advogaram pela independência total de seus territórios em relação às metrópoles e se tornaram independentes, são o caso de Gana (1957), Nigéria (1960), Quênia (1960), Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde (1975), Somália (1960), Ruanda (1960), entre outros (BENOT, 1981).

As áreas de colonização francesa – à medida que a tendência da independência avançava entre as elites intelectuais revolucionárias – o aumento da tensão política e o medo de perder suas colônias se tornavam a cada vez mais nítidos. A violência e a brutalidade empregada na repressão do levante sindical em Madagascar, liderado por Joseph Raseta – que foi um intelectual e político malgaxe –, no qual, aproximadamente, 100.000 pessoas foram executadas. O morticínio protagonizado pelo serviço secreto francês no combate ao partido que advogava a independência no Camarões (União das Populações do Camarões – UPC), assim como a repressão aos revolucionários argelinos e os rebeldes do Camp Thiaroye no Senegal, podem ser apontados como exemplos do medo que a administração francesa tinha de perder suas áreas de influência (BENOT, 1981).



Frantz Omar Fanon, mundialmente conhecido como Frantz Fanon, foi um psiquiatra e filósofo político natural da Martinica. Suas obras fundamentaram, não só o campo dos estudos pós-coloniais, bem como a teoria crítica, o marxismo e as lutas independentistas.

Figura 22. Frantz Fanon. Fonte: <https://bit.ly/3LvQmTM> Acesso em: 25 abr. 2023.

O espaço ganho pela tendência independentista nas colônias francesas e o lançamento do livro *Os condenados da terra* (1961) do martinicano Frantz Fanon viriam a incendiar as áreas de colonização da França. Em *Os condenados da terra*, Fanon faz uma análise incontornável da legitimidade do uso da violência como uma forma de contestação dos países sob o jugo colonial. Rapidamente seu livro passou a ser usado como um manual revolucionário pelos intelectuais revolucionários que trabalhavam pela libertação de seus países, aumentando as pressões sobre a colonização francesa. Como estratégia para acalmar a pressão pela descolonização em sua área, a França organizou uma reunião com os países que faziam parte da África Ocidental Francesa (OAF) – Mali, Senegal, Mauritânia, Guiné-Conakri, Costa do Marfim, Burkina Faso e Daomé (atual Benin) e com os países que faziam parte da África Equatorial Francesa (AEF) – Congo Brazzaville, Gabão, República Centro Africana Chade e Camarões. Tanto a África Ocidental Francesa quanto a África Equatorial Francesa, desde 1946, já tinham sido objeto de uma manobra francesa diante da possibilidade de perder a suas áreas (BENOT, 1981).

O objetivo da reunião era que os países de colonização francesa retardarem suas reivindicações diminuindo a pressão política

sobre o governo francês, que em troca, concederia, gradativamente, as independências a esses países, ou seja, seria a substituição de um processo legítimo de independências por um processo de concessão de liberdades. A proposta francesa provocou profundas divergências entre os líderes que eram a favor da independência incondicional e os líderes que defendiam a autonomia e a fusão com a França. Foi nesse contexto que houve a radicalização da Guiné-Conacri liderada por Ahmed Sekou Touré que deixou a África Ocidental Francesa para seguir o seu caminho independente, sendo seguida por Ubangui-Chari, liderado por Barthélemy Boganda (BENOT, 1981).

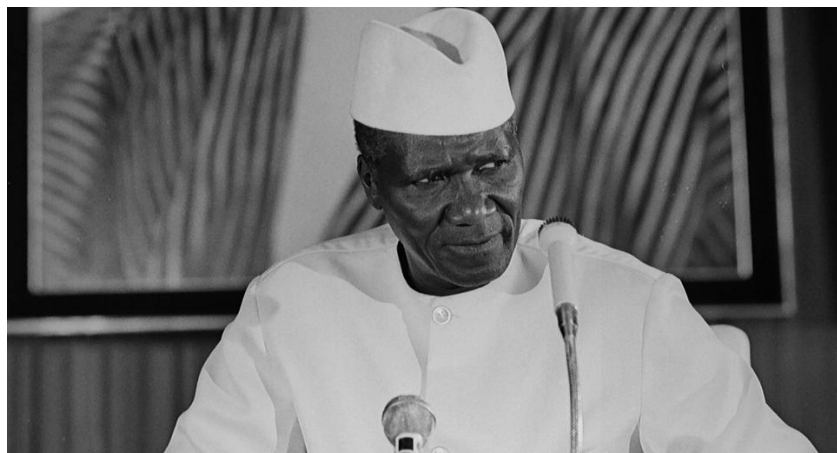


Figura 23. IGAhmed Sekou Turê: dirigente político africano que recusou a proposta de uma “independência gradativa” colocada pela França, retirando a África Ocidental Francesa – AOF. Disponível em <https://bit.ly/3Ncx6Mk>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Ao finalizarmos esse capítulo, o nosso objetivo foi o de abordar, de forma introdutória o processo de longa duração da história da África, desconstruindo as ideias de homogeneidade e uniformidade cultural, destacando períodos cíclicos-históricos, construindo um panorama do continente desde a antiguidade pré-histórica até os acontecimentos recentes da África contemporânea. Neste Caderno, no capítulo 1: “Introdução da história da África”, destacamos o requisito fundamental dos estudos africanos, a saber: compreender a diversidade cultural existente no continen-

te em seus mais variados aspectos; no capítulo 2: “África antiga e moderna”, procuramos, através de uma abordagem diacrônica demonstrar que a história africana não se sucede linearmente. Nesse sentido, objetivou-se pontuar a localização temporal dos “estados africanos antigos” – KMT, Núbia, Kush, Axum e Méroe –, assim como os estados recentes – Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu. Já no capítulo 3: “África no século XIX”, buscou-se abordar acontecimento, tanto do século XIX, quanto dos séculos XX e XXI. Considerando a longa duração da história da África – 7.000 milhões, segundo evidências genéticas recentes – seria algo pretencioso esgotar a historicidade africana em três capítulos, porém, esperamos que o conteúdo abordado no caderno, ao contrário de ser um “conhecimento definitivo”, possa servir como material introdutório para que outros campos de interesse na história da África possam ser aprofundados.



Para exercitar o aprendizado

1) Ao aprendermos sobre o processo de colonização europeia em África, percebemos que nem a colonização do século XV, nem a colonização do século XIX foram inéditas neste continente. A história de colonização e pilhagem no continente são uma história de longa duração. Tendo por foco o conteúdo deste capítulo, faça uma pesquisa nos materiais que você tem acesso (livros didáticos, revistas, artigos, livros de história, filmes...) procurando observar de que modo a história do continente africano é narrada. Analise se o conhecimento que adquiriu até aqui está presente nesses materiais. Após a análise, escreva suas impressões e compartilhe com mais pessoas.



Expectativa de aprendizagem

O processo de colonização do continente africano começou desde a antiguidade com gregos, persas, sírios, assírios, babilônios, hititas, entre outros, estabeleceram colônias em territórios africanos com o objetivo de ter acesso aos recursos estratégicos que na África foram encontrados em abundância. De modo geral, essa perspectiva da história tem sido negligenciada em detrimento da visão na qual o continente é visto pelo olhar colonizador. Com essa atividade espera-se estimular o olhar analítico em relação a como temos retratado o continente africano e os impactos decorrentes de tais percepções.



Para exercitar o aprendizado

2) O processo de descolonização da África negra ocasionou mudanças no funcionamento das estruturas econômico-administrativas. Esse processo teve início a partir de 1952, metade dos países africanos se tornaram independentes do domínio colonial. Alguns intelectuais africanos tiveram importante papel nesse processo. Revise o conteúdo deste capítulo e elabore um mapa mental destacando quais foram esses intelectuais e as tendências que representavam.



Expectativa de aprendizagem

A tendência da independência era representada por Kwame N'krumah; a tendência da autonomia representada pelo presidente da Costa do Marfim, Félix Houphouët-Boigny e a tendência da fusão (união), representada por Leopold Sédar Senghor, futuro presidente do Senegal.



CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS



Ilustração inspirada
na fotografia de
Tizianella

APROFUNDAMENTO DOS ESTUDOS

Neste momento queremos oferecer a você a oportunidade de aprofundar seus estudos em cada conteúdo apresentado ao longo dos capítulos deste Caderno Temático. Desejamos que você explore todas as possibilidades apresentadas e que vá solidificando seu conhecimento.

← **Saiba mais sobre o Império Mali:** no canal Saber em foco – SBFC, será apresentado uma leitura comentada sobre o Império do Mali, um estado africano localizado no Noroeste da África, perto do Rio Níger, e que teve seu domínio durante os séculos XIII e XIV. Foi um Império dentre três consecutivos que dominaram a região, e dentre eles, o Império de Mali foi o mais extenso territorialmente. Para ter acesso clique no link: <https://www.youtube.com/watch?v=8QZP0Ln1KLE>.

Saiba mais sobre raça, racismo e etnia com Kabengele Munanga: o canal Sociologia Animada no Youtube, apresenta o Dr. Kabengele Munanga em uma Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação –PENESB/UFF ocorrido no Rio de Janeiro em: 05/11/03. No vídeo ele apresenta uma abordagem conceitual sobre raça, racismo e etnia.. Para ter acesso clique no link: <https://www.youtube.com/watch?v=JTySjC1aQF4>.

Saiba mais sobre Relações Étnico-Raciais – Profº. Dr. Kabengele Munanga: o vídeo indicado foi usado como aula inaugural da disciplina Teoria social e Relações étnico-racial no Curso de

Aperfeiçoamento de Educação e Relações Étnico-Raciais, promovido pelo Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira da Universidade Federal Fluminense no Rio de Janeiro. Para ter acesso clique no link: <https://www.youtube.com/watch?v=7FxJOLf6HCA>.

Saiba mais sobre classificação, raça, etnia e valorização: neste próximo link temos uma entrevista com o Prof. Dr. Kabengele Munanga, na qual ele explica sua atuação como antropólogo Congolês que estuda e escreve sobre as questões étnicas no Brasil. Para ter acesso clique no link: https://www.youtube.com/watch?v=87LR-5CE_VQ.

Saiba mais sobre independência da África e capitalismo global: sobre o tema indicamos o texto: **Independência, marginalização e reafirmação da África (1957-2007)** escrito por Paulo Gilberto Fagundes Visentini, o qual aborda aspectos sobre a descolonização tardia do continente africano e os processos que levaram a independência dos países africanos. Para ter acesso clique no link: <https://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-10.pdf>.

Saiba mais sobre manipulação das narrativas históricas sobre África: A dica é o perfil no Instagram chamado @akilah_raawiya que apresenta alguns aspectos sobre “história preta de maneira simples e didática”, como está na descrição do perfil. O



conteúdo das postagens é apresentado de modo descontraído e provocativo. Para ter acesso clique no link: https://www.instagram.com/akilah_raawiya/

SITES

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (material de apoio): a Universidade Federal de Goiás (UFG) disponibiliza no link abaixo o material constituído por 9 capítulos, referente ao curso de especialização voltado para educação étnico-racial e ensino de história africana e dos afro-brasileiros, produzido em 2016. O material faz um diálogo com alguns autores contemporâneos com um olhar para os Estudos Culturais, acrescentando aprendizagem para a grande e necessária reflexão teórica sobre a questão das identidades culturais. Para ter acesso clique no link: <https://historiaecultura.ciar.ufg.br/>.

Dados sobre o período de Escravidão Transatlântica: neste link é possível obter informações, para aprender e ensinar, sobre o período da Escravidão Transatlântica e seus legados a partir da perspectiva de coleções de museus e de patrimônios. Para ter acesso clique no link: **Understanding Slavery Initiative** – <http://understandingslavery.com/>.

Informações sobre o período de Escravidão Transatlântica SlaveVoyages: o site é uma construção digital colaborativa que disponibiliza publicamente registros dos maiores tráficos de escravizados da história. Por meio desses registros é possível compreender as origens e realocações forçadas de mais de 12 milhões de escravizados que foram enviados através do Atlântico em navios negreiros e centenas de milhares mais que foram traficados nas Américas. É possível ver de forma dinâmica (há material em 3D) os movimentos dos navios negreiros pelo Atlântico. Para ter acesso clique no link: <https://www.slavevoyages.org/>.

Site In Motion: aqui é possível ver diversos tipos de migração e imigração dos povos africanos, envolvendo questões comerciais, colonização e rota de fuga dos escravizados. Para ter acesso às imagens clique na parte azul no topo do site. Para ter

acesso clique no link: <http://www.inmotionaame.org/migrations/index.cfm.html>.

Museu Afro Brasil Emanuel Araujo: com acervo físico e digital, o Museu Afro Brasil Emanuel Araujo é composto por mais de 8 mil obras em diferentes áreas de múltiplos universos culturais africanos, indígenas e afro-brasileiro. O conteúdo abrange aspectos da arte, da religião afro-brasileira, do catolicismo popular, do trabalho, da escravidão, das festas populares. É um importante registro da trajetória histórica, artística e política de importantes influências africanas na construção da sociedade brasileira. Para ter acesso clique no link: <http://www.museuafrobrasil.org.br/visite>



ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1: Geografia histórica: aspectos físicos	18
Figura 2: Mapa das fronteiras étnicas do continente africano.....	21
Figura 3: Em busca do primeiro homem: fósseis recém-descobertos acenam com novas possibilidades de se conhecer a origem da humanidade	22
Figura 4: Rotas de caravanas pelo Deserto do Saara (século XI ao século XV)	23
Figura 5: Palette of Narmer.....	29
Figura 6: Localização de Axum na região da Núbia. ...	30
Figura 7: Localização geográfica do Vale do Nilo onde se desenvolveu a organização social mais antiga do continente africano	31
Figura 8: Pirâmide em homenagem ao rei Quéops na IV dinastia e suas características negras	31
Figura 9: Méroe foi a principal capital da região da Núbia, ao sul do Egito. Ruínas de pirâmides, templos e outras construções ainda podem ser vistas onde hoje fica o Sudão	32
Figura 10: Vista aérea de uma das 11 igrejas escavadas na rocha no complexo de Lalibela (Etiópia).....	33
Figura 11: Robert Nesta Marley – Bob Marley	33
Figura 12: Localização do império do Mali no século XIV	34
Figura 13: Joseph Ki-Zerbo.....	37
Figura 14: Cabeza olmeca n.1.....	39
Figura 15: Rainha Nzinga Mbande	40
Figura 16: Sahelanthropus tchadensis Toumai.....	41
Figura 17: Um dos registros da época sobre as reuniões na Conferência de Berlim (1884-1885)	42
Figura 18: Efunroye Tinubu.....	42
Figura 19: Nandi por Evelyn McCrea (1930).....	43
Figura 20: África dividida depois da Conferência de Berlim a as áreas de influências das respectivas potências	43
Figura 21: Kwame Nkrumah	46
Figura 22: Frantz Fanon.....	47
Figura 23: IGAhmed Sekou Turê.....	48

REFERÊNCIAS

BAMSHAD, Michael J; OLSON, Steve. *Ambiguidades que limitam a definição de raça*. *Scientific American*. São Paulo, n. 16, p.68-75. Edição especial.

BAKR, ABU, A. *O Egito faraônico*. In: MOKHTAR, Gamal (Org.). *História geral da África: África antiga*. UNESCO Editora, 2010. Vol. II.

BRASIL. *Decreto nº 4.228 de 13 de maio de 2002*. Institui no âmbito da administração pública federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4228.htm

BRASIL. *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003 a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao>

BENOT, Yves. *Ideologias das independências Africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1981. vol. 1.

BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DIARRA, S. *Geografia histórica: aspectos físicos*. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história*. UNESCO Editora, 2010. Vol. I

DIOP, Cheikh Anta. *Civilization or barbarism: an authentic anthropologic*. Nova York, Westport, Laurence Hill & Company, 1981; 1991.

_____. *A origem da humanidade e da civilização*. Estados Unidos: South Carolina Educacional Television, 1985. Fita VHS (60 min) son, color. Disponível em: <https://www.youtube.com>.

_____. *A origem dos antigos egípcios*. In: GAMAL, Mokhtar (Org.). *História geral da África: África antiga*. UNESCO Editora, 2010. Vol. II.

DIOP, Cheikh M’Backé. *Cheikh Anta Diop: L’homme et l’oeuvre*. Paris: Présence africaine, 2003.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979

FERNANDES, Cláudio. *“O reino de Axum”*. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/o-reino-axum.htm>. Acesso em: 17 jul. 2022.

GIBBONS, Ann. *How Europeans evolved white skin*. Disponível em: <https://www.sciencemag.org>. Acesso em: 28 nov. 2019.

GREENBERG, J.H. *A classificação das línguas da África*. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história*. UNESCO Editora, 2010. Vol. I.

GOODY, Jack. *O roubo da história: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2008.

M’BOKOLO, Elikia. *África negra: História e civilizações*. Salvador/São Paulo: Edufba/Casa das Áfricas, 2009. Tomo I (até o século XVIII).

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875 – 1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KI-ZERBO, Joseph. *Introdução geral*. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história*. UNESCO Editora, 2010. Vol. I.

LOPES, Nei. *A enciclopédia brasileira da diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Salvador/São Paulo: Edufba/Casa das Áfricas, 2009.

MOKHTAR, Gamal; VERCOUTTER, J. Introdução geral. In: MOKHTAR, Gamal (Org.). *História geral da África: África antiga*. UNESCO Editora, 2010. Vol. II.

MOORE, Carlos. *África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Tempos dos povos africanos: suplemento didático da linha do tempo dos povos africanos*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada (SECAD), 2007. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/wp-content/uploads/2013/12/SUPLEMENTO-DI-DATICO.pdf>

NIANE, Djibril Tamsir. *O Mali e a segunda expansão Manden*. KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história*. 2. ed. UNESCO Editora, 2010. Vol. IV, cap. 6, p. 133-192.

NEVES, Walter Alves; MURRIETA, Rui Sérgio. S; JUNIOR, Miguel José Rangel. *Assim caminhou a humanidade*. São Paulo: Pallas Athena, 2015.

RASHID, Runoko. *African presence in early Asia*. New Jersey: journal of african civilization, 2007.

REINOS AFRICANOS. *Britânica Escola*, 2022. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/> Acesso em: 02 mar. 2022.

REIS, João José. *Liberdade por um fio: a história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAUNDERS, Nicholas, J. *Américas antigas: as grandes civilizações*. São Paulo: Madras, 2005.

SFORZA, Francesco-Cavalli; SFORZA, Luca-Cavalli. *Quem somos? A história da diversidade humana*. São Paulo: UNESP, 2002.

SHINE, P.L. *Méroe: uma civilização do Sudão*. Lisboa: Griseiros S.A.R.L, 1974.

TATTERSALL, Ian. *Não estávamos sozinhos: hoje temos certeza de que o homo sapiens é o único homínido sobre a terra. Porém, durante pelo menos 4 milhões de anos, muitas espécies de homínidos compartilharam o planeta. O que nos faz diferentes?* *Scientific American*, São Paulo, n. 2. 2003, pp. 22-29, edição especial.

WONG, Kate. *Em busca do primeiro homem*. *Scientific American*, São Paulo, n. 37, pp.6-15, 2010. (Edição especial)

WEBSTER, Bayard. African cattle bones stir scientific debate. In: VAN SERTIMA, Ivan (ed.). **Blacks in Science: ancient and modern**. New Brunswick; London: Transaction Publishers, 1983. p. 65-66.

WENDORF, Fred; SCHILD, Romuald; CLOSE, Angela E. An ancient harvest on the Nile. In: (ed.). **Blacks in Science: ancient and modern**. New Brunswick; London: Transaction Publishers, 1983. p. 60-64.

COLEÇÃO PEDAGÓGICA ASÉ-TORÉ

1 Diversidade de saberes dos povos indígenas

Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren

2 Lei 11.645/08 e a Educação indígena

Edson Kayapó

3 Territórios e povos indígenas no Brasil e na Bahia

Everaldo Rodrigues Mota Junior

4 História e cultura dos povos indígenas na Bahia e no Brasil

Ayalla Oliveira Silva

5 História da África

Renata do Nascimento Argemiro e Márcio Luís da Silva Paim

6 Geografia da África e dos seus descendentes no Brasil

Paula Regina de Oliveira Cordeiro

7 Tecnologias africanas e educação

Henrique Cunha Junior

8 O pensar científico de africanos e de seus descendentes nas ciências

Florencia Freitas Silvério

9 Conhecimentos africanos e afro-brasileiros, epistemologias de poder

Ângela Maria Ribeiro

10 Culturas africanas e afro-brasileiras

Jorge Luiz Gomes Junior

11 Quilombos na Bahia, lutas e resistências

João Rodrigo Araújo Santana

12 Identidade da população negra no Brasil

Patrícia Martins e Luciana Alves

13 Educação das relações étnico-raciais e currículo

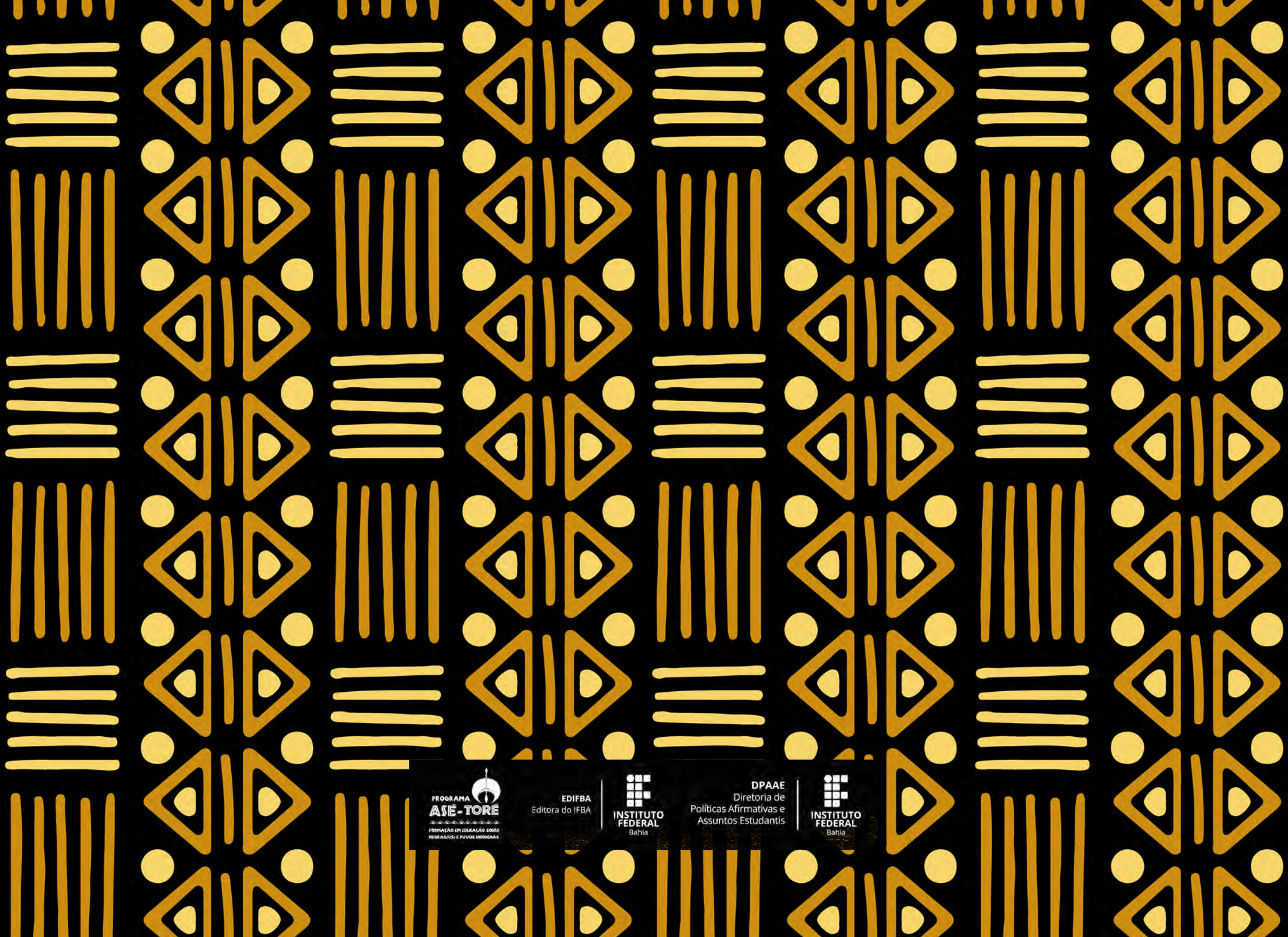
Joelma Cerqueira de Oliveira e Eliane da Conceição Silva

14 Mulheres negras e indígenas

Maria Luzitana Conceição dos Santos e Tania Aparecida Lopes

15 Movimentos negros contemporâneos e movimentos sociais indígenas

Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo



PROGRAMA
ASE-TORE
FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOBRE
RESERVAS E POVOS INDÍGENAS

EDIFBA
Editora do IFBA


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia

DPAE
Diretoria de
Políticas Afirmativas e
Assuntos Estudantis


**INSTITUTO
FEDERAL**
Bahia